
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - AGO 2019

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

30 de Abril de 2019

Horário: 11h00

**Local: Sede social, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na
Avenida Ayrton Senna, 2150 Bl. P, 3º andar.**

**Proposta de Administração reapresentada em 09/04/2019, a fim de implementar a indicação de
membros efetivo e suplente do Conselho Fiscal realizada pelo acionista minoritário da
Companhia Vinci Gas FIA.**

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

SUMÁRIO

CARTA CONVITE	3
1. Proposta da Administração	4
1.1 Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	4
1.2 Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019	5
1.3 Instalar o Conselho Fiscal, eleger seus membros efetivos e suplentes, fixar as suas remunerações e indicar o seu Presidente	6
1.4 Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício (Art. 9º da ICVM 481)	8
Anexo I	9
Anexo II	12
Anexo III	56
Anexo IV	90

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

CARTA CONVITE

Prezados Srs. Acionistas da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. ("Companhia" ou "Profarma"):

A Administração vem submeter aos acionistas da Companhia a apreciação sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia da assembleia geral ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2019, às 11:00h, na sede social da Companhia ("AGO"): (i) examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019; (iii) instalar o Conselho Fiscal; (iv) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; (v) fixar as suas remunerações dos membros do Conselho Fiscal; e (vi) indicar o Presidente do Conselho Fiscal.

Assim, a Administração da Companhia, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009, conforme alterada ("ICVM 481"), vem, com vistas a esclarecer as matérias a serem deliberadas na AGO, apresentar a presente Proposta da Administração sobre os assuntos em pauta, instruída de anexos contendo: (i) a proposta da remuneração global dos administradores; (ii) a seção 10 do Formulário de Referência da Companhia; (iii) a seção 13 do Formulário de Referência da Companhia; e (iv) as informações requeridas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, com relação aos candidatos indicados para compor o Conselho Fiscal da Profarma.

Atenciosamente,

Maximiliano Guimarães Fischer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

1. Proposta da Administração

1.1 Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

As contas dos administradores estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Financeiras"), cuja aprovação foi recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2019 e pelo Conselho Fiscal, em reunião realizada na mesma data. A KPMG Auditores Independentes emitiu relatório, no qual expressa uma opinião sem ressalvas às Demonstrações Financeiras da Companhia ("Relatório dos Auditores Independentes").

As Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório da Administração, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes foram publicados no jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nas edições do dia 27 de março de 2019, e estão disponíveis para consulta nos websites da Companhia (www.profarma.com.br/ri) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") - www.cvm.gov.br.

A Companhia esclarece que, em observância ao Art. 9º, III, da ICVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos da seção 10 do Formulário de Referência, constam como ANEXO II à presente Proposta da Administração, disponível nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.profarma.com.br/ri).

Proposta da Administração

A Administração propõe que os acionistas examinem todos os documentos disponibilizados pela Administração e aprovem as contas dos administradores, o relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras.

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

1.2 Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019

Conforme Art. 11 do Estatuto Social da Companhia cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

A Companhia esclarece que, em observância ao Art. 12, incisos I e II, da ICVM 481, o formulário contendo a descrição pormenorizada da proposta de remuneração dos administradores, bem como as informações indicadas na seção 13 do Formulário de Referência da Companhia constam, respectivamente, como ANEXO I e ANEXO III à presente Proposta da Administração.

Proposta da Administração

A Administração propõe que seja aprovada a proposta de remuneração global anual da Administração para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais), não considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) a serem suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável.

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

1.3 Instalar o Conselho Fiscal, eleger seus membros efetivos e suplentes, fixar as suas remunerações e indicar o seu Presidente

Conforme previsto no Art. 30 do Estatuto Social da Companhia o Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Presidente do Conselho Fiscal será indicado pelos acionistas na Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Proposta da Administração

A Administração propõe a instalação do Conselho Fiscal para um período de um ano, bem como a eleição de 3 (três) membros efetivos do Conselho Fiscal (sendo 2 indicados pelo acionista controlador e 1 indicado pelos acionistas minoritários, nos termos do Art. 161, §4º, alínea “a” da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”)) e seus respectivos suplentes:

Candidatos indicados pelo acionista controlador:

Gilberto Braga, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 04722037-1, inscrito no CPF/ME nº 595.468.247-04, residente e domiciliado na Rua da Quitanda, nº 11, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e o seu suplente, **Jorge Ribeiro dos Passos Rosa**, brasileiro, administrador, portador do documento de identidade nº 17314/0, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME nº 127.967.947-68, residente e domiciliado na Avenida Graça Aranha, nº 416, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal.

Elias de Matos Brito, brasileiro, divorciado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806/O-3, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME nº 816.669.777-72, residente e domiciliado na Rua da Quitanda, nº 11, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e o seu suplente, **Ronaldo dos Santos Machado**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 082692/o-5, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME nº 863.923.287-34, residente e domiciliado na Rua Nobrega, nº 242, apartamento 1201, Niterói/RJ, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal.

Candidatos indicados pelos acionistas detentores de ações em circulação (free float)

Marcello Joaquim Pacheco, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 18.975.204, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 112.459.108-76, residente e domiciliado na Rua Jacarandá, nº 121, Chácara Bela Vista, na cidade de Mairiporã, no Estado de São Paulo, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e o seu suplente, **Murici dos Santos**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 28.202.126-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 248.933.788-21, residente e domiciliado na Estrada Sarkis Tellian, nº 836, Bairro Santa Inês, na cidade de Mairiporã, no Estado de São Paulo, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal.

Adicionalmente, a Administração propõe que o Sr. Gilberto Braga, acima qualificado, seja indicado como Presidente do Conselho Fiscal.

A Administração esclarece ainda que, em observância ao Art. 10, inciso I da ICVM 481, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração seguem como anexo (ANEXO IV) à presente Proposta da Administração disponível nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.profarma.com.br/ri).

A Administração propõe, por fim, que a remuneração de cada membro do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, seja fixada em dez por cento da que, em média, for atribuída a cada Diretor Executivo da Profarma, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

1.4 Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício (Art. 9º da ICVM 481)

A Profarma apurou prejuízo líquido de R\$ 9,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e, por essa razão, não apresentará o Anexo 9-1-II Destinação do Lucro Líquido.

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

Anexo I

Proposta de Montante Global da Remuneração Anual dos Administradores

A Administração da Profarma em atendimento ao disposto no Art. 152 da Lei das Sociedades por Ações e no Art. 12, incisos I e II da Instrução CVM 481, propõe para aprovação em AGO, o montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria) de até R\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais) para o exercício de 2019, não incluindo os impactos das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração fixa e variável da administração a serem suportadas pela Companhia na forma da lei, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

a) Período a que se refere a presente proposta de remuneração:

A proposta da Administração se refere ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, qual seja, o exercício social corrente.

b) Comentários sobre (i) os valores aprovados na Proposta de Administração em 2018 e (ii) os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados, incluindo eventuais diferenças entre as informações descritas nos itens (i) e (ii):

O valor da remuneração global dos administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2018 foi de R\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil reais), ao passo que o valor efetivamente realizado foi de R\$ 6.961.597,14 (seis milhões e novecentos e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e sete reais e quatorze centavos). A diferença entre o valor proposto e o valor realizado foi devida principalmente pelo valor do bônus não realizado.

c) Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência da companhia, esclarecendo, por exemplo, se são decorrentes da não correspondência entre o período coberto pelas propostas (letra “a”) e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social).

O valor da remuneração global dos administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2018 foi de R\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil reais), valor condizente com a Proposta realizada pela Administração da Companhia para o exercício de 2019.

Para fins de maior detalhamento, segue abaixo quadros comparativos entre (i) os valores realizados em 2018 e (ii) os valores constantes da Proposta de Administração apresentada em 2019, em versões individual e agregada.

Remuneração Total em Valores Anuais						
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Valor realizado em 2018	Proposta de Administração em 2019	Valor realizado em 2018	Proposta de Administração em 2019	Valor realizado em 2018	Proposta de Administração em 2019
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	2,00	2,00	4,00	3,33
Remuneração fixa anual						
Salário ou pró-labore	2.547.554,63	2.649.342,87	2.695.285,02	2.802.975,52	532.329,88	463.340,73
Benefícios diretos e indiretos	-	4.203,12	16.362,32	16.006,83	10.145,08	10.800,00
Participações em comitês	-	-	-	-	-	-
Outros	509.510,93	529.868,57	539.057,00	560.595,10	106.465,98	91.468,15
Remuneração variável						
Bônus	-	-	550.000,00	510.000,00	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	150.000,00	102.000,00	-	-
Outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	7.894,43	12.597,86	12.955,89	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-	-	-
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019.					
Total da remuneração	3.057.065,55	3.191.308,99	3.963.302,20	4.004.533,34	648.940,00	565.608,88

Remuneração Total em Valores Anuais		
	Total ¹	
	Valor realizado em 2018	Proposta de Administração em 2019
Nº de membros remunerados	10,00	9,33
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	5.761.009,31	5.915.659,12
Benefícios diretos e indiretos	28.528,53	31.009,95
Participações em comitês	-	-
Outros	1.152.201,86	1.181.931,82
Remuneração variável		
Bônus	-	530.000,00
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	106.000,00
Outras remunerações variáveis	-	-
Pós-emprego	19.857,44	20.850,31
Cessação do cargo	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019.	
Total da remuneração	6.961.597,14	7.785.451,20

¹Informações consolidadas sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Para mais informações relativas à remuneração dos administradores da Companhia nos últimos exercícios sociais e à previsão acima mencionada para o exercício social corrente vide Anexo III da Proposta da Administração, que contém a seção 13 do Formulário de Referência da Profarma, nos termos da Instrução CVM 480, e do Art. 12, inciso II da Instrução CVM 481.

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

Anexo II

Seção 10 do Formulário de Referência

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2016 a Profarma alcançou um novo patamar na cadeia de valores do mercado farmacêutico brasileiro. Seguindo a execução da estratégia de diversificação sob atuação de modelo misto, em novembro de 2016, anunciamos a aquisição da Rede Rosário elevando nossa participação no varejo farmacêutico. Com tal aquisição, a Companhia expandiu a área de atuação para a região Centro-Oeste e totalizamos 279 lojas sob a bandeira d1000 varejo farma, divisão criada para centralizar as atividades da Divisão Varejo, que hoje representa a sexta maior rede em número de lojas do Brasil. O montante envolvido na transação foi de R\$ 170 milhões por 100% do capital total da Drogaria Rosário S.A o que inclui o Centro de Distribuição, livre de dívidas e assumindo capital de giro normalizado. No acordo o pagamento seria feito em duas, sendo a primeira no valor de R\$ 30 milhões, com vencimento na data de fechamento da aquisição, e a segunda, em até 36 meses a contar da data de fechamento, no valor de R\$ 140 milhões, parcela que poderá ser amortizada, parcial ou integralmente, com ações da Profarma. Ainda, em caso de cumprimento do *earn-out* atrelado ao faturamento acumulado no período de 36 meses após a data de fechamento (*bullet*) poderá ocorrer o pagamento adicional de R\$ 15 milhões. Nesse sentido, temos buscado aproveitar todas as vantagens de uma atuação integrada com a captura de sinergias e fundamentada em grandes vetores de criação de valor que não poderiam ser alcançados exclusivamente no varejo ou no atacado. Os principais vetores são: (i) relevância para indústria; (ii) capacidade de expansão para novas áreas; (iii) menor dependência de grandes redes na Divisão Distribuição Farma; (iv) menor capital de giro (reflexo de um ciclo de caixa mais eficiente); (v) otimização tributária; e (vii) sinergias de G&A.

No encerramento do exercício de 2016, as operações da Companhia como distribuidor compreendiam as regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-oeste, alcançando cobertura de, aproximadamente, 96% do mercado nacional. São 11 (onze) Centros de Distribuição (CD) localizados em regiões estratégicas do país, sendo 5 (cinco) totalmente automatizados e a sede corporativa no Rio de Janeiro. Operacionalmente, a Companhia concluiu a integração das Redes Drogasmil e Tamoio – sistemas, abastecimento das lojas e gestão de categorias e preços –, resultando em sinergias operacionais e fiscais que representaram economia de R\$ 15,3 milhões. Com relação à Rede Rosário, a Companhia iniciou, ainda em novembro de 2016, os processos de alinhamento de sistemas, abastecimento de lojas e sinergias operacionais, cujos reflexos positivos devem ser alcançados ainda em 2017, tanto em recuperação de vendas como em redução de despesas.

O ano de 2017 foi um marco para a consolidação do novo modelo de atuação da Companhia, combinando as divisões Distribuição Farma e Varejo, com o principal objetivo de capturar as vantagens de uma atuação integrada. Este modelo está fundamentado em grandes vetores de criação de valor, que não poderiam ser alcançados separadamente no Varejo ou na Distribuição; entre eles: a relevância para a indústria, a capacidade de expansão do Varejo em novas áreas, menor capital de giro e otimização tributária. De fato, durante o ano de 2017, a Companhia desenvolveu e colocou em prática uma série de projetos em ambas as Divisões, a fim de preparar a Companhia para, nos próximos anos, extrair, de forma sustentada, os benefícios do modelo integrado, com os reflexos esperados em rentabilidade e retorno.

Na divisão Distribuição Farma, inaugurou o novo Centro Distribuição do RJ, finalizando um projeto de três anos, com investimentos totais de R\$ 35 milhões. No Varejo, foram realizadas 14 reformas e ampliações de lojas, além de projetos de aumento de produtividade, que impactaram significativamente na redução de despesas de lojas e na área corporativa. Assim, a margem de contribuição da Divisão mudou de forma definitiva, passando de 5,1% no 1º semestre de 2017 para 7,3% no 2º semestre de 2017. Ainda no Varejo, a Companhia acelerou a otimização da plataforma da Rede Rosário, finalizando o ano com o fechamento de 46 lojas, que tinham margem de contribuição negativa e sem perspectivas de recuperação.

Foi um ano de grandes desafios operacionais e também financeiros, reflexos da transformação estratégica implementada pela Companhia, em 2013, com o ingresso no setor de Varejo. Nos últimos dois anos, com o compromisso de continuar gerando valor aos acionistas, a Companhia buscou um melhor equilíbrio em sua estrutura de capital, visando a minimizar o efeito das despesas financeiras relacionadas diretamente aos expressivos investimentos, totalizando R\$ 380 milhões no período 2013 – 2017, entre aquisições e absorção de empresas deficitárias, mas com grande potencial de valor. Dessa forma, anunciou um aumento de capital privado no início de 2018, que representou o ingresso de R\$ 332,5 milhões, com participação de nosso sócio estratégico AmerisourceBergen (R\$ 200 milhões) e com grande aderência de nossa base atual de acionistas (90%), além de atrair novos investidores. Adicionalmente, a AmerisourceBergen realizou também um aporte de R\$ 50 milhões na Divisão de Especialidades, totalizando, portanto, um ingresso de R\$ 383 milhões no Grupo Profarma.

No ano de 2017, o faturamento consolidado atingiu R\$ 4.782,2 milhões, com destaque para o crescimento de 47,5% na Divisão Varejo, principalmente, relacionado à aquisição da Rede Rosário, ampliando a área de atuação da Divisão Varejo – agora, Rio de Janeiro e Centro-Oeste. O EBITDA consolidado da Companhia atingiu R\$ 59,2 milhões, R\$ 64,7 milhões menor, na comparação com o ano anterior, sendo 86% relacionado a dois principais eventos: (i) o aumento de preços ocorrido em 2017 (médio de 3,5%), 70% menor que o reajuste de 2016 (médio de 11,5%), responsável por 80% da redução; e (ii) a absorção do EBITDA negativo da Rede Rosário de um ano completo. A parcela restante, em grande parte, está relacionada à mudança do novo Centro de Distribuição do RJ, que impactou negativamente as duas divisões, uma vez que operou, no 4T17, abaixo dos níveis normais de qualidade até o processo de estabilização da operação, já normalizada em janeiro de 2018.

O resultado líquido da Companhia em 2017 foi um prejuízo líquido ajustado de R\$ 7,6 milhões, R\$ 23,7 milhões menor, na comparação com o lucro líquido ajustado de R\$ 16,1 milhões em 2016. Os resultados de cada ano aqui apresentados foram ajustados nos dois períodos, por três principais eventos: (i) as despesas não recorrentes; (ii) o prejuízo da Rede Rosário; e (iii) as despesas financeiras, reflexo dos investimentos no Varejo, incluindo a correção do saldo devedor a pagar pelas duas aquisições.

No ano de 2017, a Companhia deu sequência a seu plano de capturar os benefícios da atuação no mercado farmacêutico de forma integrada, buscando rentabilidade e retorno de capital maiores e mais sustentáveis em estrutura de capital adequada aos planos futuros. Entre as ações, somente em Capex, foram investidos R\$ 50 milhões – principalmente, no novo Centro de Distribuição RJ e nas reformas de lojas – além dos recursos direcionados para reverter os resultados negativos da Rede Rosário. A estrutura de capital pós-ingresso dos R\$ 383 milhões no Grupo Profarma reduziu, de forma significativa, o endividamento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, nossas operações como distribuidor compreendiam as regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-oeste, alcançando cobertura de, aproximadamente, 96% do mercado nacional. São 11 (onze) Centros de Distribuição (CD) localizados em regiões estratégicas do país, sendo 4 (quatro) totalmente automatizados e a sede corporativa no Rio de Janeiro. Operacionalmente, concluímos a integração da Rede Rosário, o que incluiu sistemas, abastecimento das lojas e gestão de categorias e preços.

Pela primeira vez nos últimos cinco anos, a Companhia teve em 2018 um exercício social no qual não esteve focada na integração das empresas adquiridas. Tal fato teve impacto significativo no desempenho da Companhia, pois permitiu concentrar esforços em perseguir eficiência na plataforma construída, caracterizando o período como extremamente importante na pavimentação para a retomada de resultados positivos. A adoção de algumas ações de estrutura organizacional também tiveram participação no resultado do ano, dentre as quais destacam-se: (i) a unificação da área de compras (Divisão Distribuição e Divisão Varejo), que vem criando melhores oportunidades com os fornecedores; (ii) a implantação do suporte às lojas, que proporciona um ganho significativo na produtividade da equipe operacional; (iii) o maior investimento nas áreas de *Compliance* e Auditoria Interna; e (iv) o lançamento de programas de Recursos Humanos, como: “*Summer Job*”, intercâmbio com a Coppead UFRJ, e “*Novos Talentos*”, para a execução de projetos estratégicos com o apoio de universitários. Os resultados de 2018 foram possíveis, entre outras razões, pela implementação gradual do novo Planejamento Estratégico, apoiado pelo Boston Consulting Group. Com isso, em 2018, o Grupo Profarma registrou em 31 de dezembro de 2018 (i) um crescimento de 3,1% na receita bruta, com incremento de 60,6% no EBITDA e redução de 40,3% em despesas financeiras e, (ii) consequente diminuição de 91,4% do prejuízo líquido de R\$ 112,7 milhões para R\$ 9,7 milhões, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Na divisão Distribuição Farma (“Divisão Distribuição Farma”), a Companhia registrou crescimento de 6,5% na receita líquida, atingindo R\$ 3,752,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, e evolução de 15,5% no EBITDA – que somou R\$ 69,2 milhões e margem EBITDA de 1,8% no mesmo período.

Entre as principais iniciativas da Divisão Distribuição Farma em 2018, destacam-se:

- melhoria do *mix* de vendas, com foco na categoria “Genéricos”;
- estabilização da operação do novo centro de distribuição do Rio de Janeiro, inaugurado em outubro de 2017;
- recuperação da alavancagem operacional, com redução de 0.7 p.p. na despesa operacional;
- redução do ciclo de caixa em 5,0 dias;
- recuperação de *market share* para níveis anteriores;
- melhoria de 4.0 p.p. no nível de serviço, atingindo 94,0%;
- alcance da marca recorde de 43 mil CNPJs atendidos;
- ampliação da área de serviços, com destaque para a expansão do contrato de Propaganda

Médica – agora, com o dobro da equipe e atuação em todo o território nacional.

O desempenho da Companhia na Divisão Varejo ("Divisão Varejo"), em 2018, foi um dos mais expressivos desde 2013, quando a Companhia ingressou em tal segmento. A Divisão Varejo obteve receita bruta de R\$ 1.161,1 milhões, em linha com a registrada em 2017, porém, aplicando o conceito de "mesmas lojas", houve crescimento de 4,8% e evolução no faturamento médio por loja de 9,4%. Essa conquista na venda média por loja, somada à redução nas despesas operacionais, proporcionou evolução da margem de contribuição de 4,9% em 31 de dezembro de 2017 para 6,7% em 31 de dezembro de 2018. Com a diminuição das despesas corporativas de 14,5%, o EBITDA passou de R\$ 0,4 milhão em 2017 para R\$ 22,2 milhões em 2018. Dessa forma, a Divisão Varejo reduziu em 95,5% o prejuízo líquido, de R\$ 47,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Em adição, a Divisão Varejo foi uma das poucas redes a seguir com o crescimento em lojas maduras, e isso só foi possível, em decorrência destas iniciativas:

- 106 intervenções em lojas, entre reformas e ampliações;
- otimização do nosso portfólio, com 23 fechamentos e 9 trocas de ponto;
- diminuição da ruptura em loja;
- renovação de 100% do parque de computadores da operação;
- unificação do sistema de frente de loja;
- *roll out* de CRM para a Rosário;
- crescimento de 36,9% em receita de nossas Marcas Exclusivas, atingindo 4,7% de *front store share* em dezembro de 2018;
- aumento de 6,6% do ticket médio, na comparação entre dezembro de 2018 e dezembro de 2017.

A divisão Specialty também mostrou ao longo do ano evoluções operacionais relevantes como o crescimento de 25,1% nas vendas, que somaram R\$ 1.134,9 milhões, e o incremento de 127,9% no EBITDA, atingindo R\$ 24,1 milhões. Estes resultados operacionais, somados à redução nas despesas financeiras em R\$ 10,8 milhões, resultante da capitalização no ano de R\$ 108 milhões, reverteram o prejuízo de R\$ 6,2 milhões em 2017, para um lucro de R\$ 11,0 milhões em 2018.

Em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 20 de março de 2018, foi homologado, parcialmente, o aumento do capital social, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada, em 05 de janeiro de 2018, no valor de R\$ 332.516.457,00 (trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), em razão da subscrição e total integralização de 47.502.351 (quarenta e sete milhões, quinhentos e duas mil, trezentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia no âmbito do Aumento de Capital, pelo preço de emissão de R\$ 7,00 (sete reais) por ação.

Em decorrência do aumento de capital homologado, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 332.516.457,00 (trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), passando, portanto, de R\$ 826.548.544,53 (oitocentos e vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), para R\$ 1.159.065.001,53 (um bilhão, cento e cinquenta e nove milhões, sessenta e cinco mil, um real e cinquenta e três centavos), dividido em 123.812.773 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e doze

mil, setecentos e setenta e três) Ações.

A posição da dívida líquida consolidada da Companhia em 31 dezembro de 2018 alcançou R\$ 396,7 milhões, o que evidencia redução de R\$ 167,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017. Ao final de 2018, o índice de endividamento atingiu 4,2x o EBITDA, bem abaixo do índice registrado no ano de 2017.

(em R\$ milhões, exceto índices)	2018	2017	2016
Receita operacional líquida	4.271,1	4.100,7	4.084,6
EBITDA	95,0	59,2	123,9
Dívida líquida	396,7	564,0	403,2
Dívida líquida / EBITDA	4,2	9,5	3,3
Liquidez corrente	1,4	1,0	1,5
Patrimônio líquido	1.021,2	745,9	758,9
Margem líquida	-0,2%	-2,7%	-1,2%

b. Estrutura de capital

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 1.021,2 milhões, R\$ 275,3 milhões maior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Tal aumento é explicado pelo aumento de capital homologado em 20 de março de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 745,9 milhões, R\$ 13,0 milhões menor em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 que foi de R\$ 758,9 milhões. Tal redução é devida, principalmente, ao prejuízo líquido do exercício, de R\$ 112,7 milhões, parcialmente compensado pelo aumento de capital ocorrido no mesmo ano de R\$ 99,7 milhões.

A estrutura de capital apresentou a seguinte característica:

2018: 35,3% capital próprio e 64,7% capital de terceiros

2017: 28,5% capital próprio e 71,5% capital de terceiros

2016: 28,0% capital próprio e 72,0% capital de terceiros

Na visão da administração, a Companhia apresentou, nos últimos anos, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e em linha com as atividades da Companhia. A variação verificada em 2018, frente aos anos de 2017 e 2016, se deve ao aumento de capital homologado em 20 de março de 2018 e à redução de R\$ 167,2 milhões na dívida líquida entre 2018 e 2017.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa política de gestão de negócios inclui uma administração financeira tradicional, com manutenção de baixo índice de alavancagem financeira e rígido controle do fluxo de caixa. A gestão do caixa é especialmente relevante em nosso negócio de distribuição de produtos farmacêuticos, uma vez que atuamos como intermediários na comercialização, ou seja, compramos produtos da indústria e os

vendemos para farmácias e drogarias. Portanto, a gestão dos prazos a pagar, a receber e nível de estoques – ciclo de caixa – é peça fundamental no negócio, garantindo a capacidade de manter em dia nossos pagamentos às indústrias, assim como nossa geração operacional de caixa e adequada rentabilidade para nossos serviços. Desde que atua sob o novo modelo, que congrega as atividades de Atacado e Varejo, além de especialidades, a Companhia tem permeado essa visão em todas as suas divisões.

Em 31 de dezembro de 2018, o ciclo de caixa relacionado às atividades da Companhia passou a representar 28,2 dias, ante 33,8 dias verificado em 2017 e 33,3 dias verificado em 2016.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo.

Nesse sentido, em Reunião de Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2018, foi homologado, parcialmente, o aumento do capital social, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 05 de janeiro de 2018, no valor de R\$ 332.516.457,00 (trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), em razão da subscrição e total integralização de 47.502.351 (quarenta e sete milhões, quinhentos e duas mil, trezentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia no âmbito do Aumento de Capital, pelo preço de emissão de R\$ 7,00 (sete reais) por ação.

Em decorrência do aumento de capital ora homologado, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 332.516.457,00 (trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), passando, portanto, de R\$ 826.548.544,53 (oitocentos e vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), para R\$ 1.159.065.001,53 (um bilhão, cento e cinquenta e nove milhões, sessenta e cinco mil, um real e cinquenta e três centavos), dividido em 123.812.773 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e doze mil, setecentos e setenta e três) Ações.

A Companhia encerrou o ano de 2018 com patrimônio líquido de R\$ 1.021,2 milhões, ante R\$ 745,9 milhões em 2017 e R\$ 758,9 milhões em 2016. A posição da dívida líquida consolidada da Companhia, ao final de dezembro de 2018, alcançou R\$ 396,7 milhões, o que evidencia redução de R\$ 167,2 milhões em relação a dezembro de 2017. A variação é explicada substancialmente pelo aumento de capital de R\$ 332,5 milhões ocorrido no primeiro trimestre de 2018, parcialmente consumidos pelo maior capital de giro, de R\$ 101,0 milhões, fruto do crescimento da Companhia neste período, e pela última parcela referente ao pagamento da aquisição da rede Tamoio, de R\$ 55 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento foi de 4,2x EBITDA, bem abaixo do índice registrado em 31 de dezembro de 2017, que era de 9,5x EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida, incluindo instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo - caixa e equivalentes de caixa), foi de R\$ 396,7 milhões, cerca de 4,2x EBITDA apurado no mesmo período, enquanto em 2017 a dívida líquida foi de R\$ 564,0 milhões, 9,5x EBITDA. Essa redução do nível de endividamento observado em 2018 decorreu, principalmente, do aumento de capital realizado no primeiro trimestre de 2018, de R\$ 332,5 milhões, assim como à evolução operacional da Companhia, com vendas 3,1% maiores, resultado operacional (EBITDA) 60,6% maior (R\$ 35,8 milhões), além de uma redução expressiva de 40,3% nas despesas

financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida foi de R\$ 564,0 milhões, 9,5x EBITDA naquele ano, enquanto em 2016 a dívida líquida totalizou R\$ 403,2 milhões, 3,3x EBITDA apurado no mesmo período. Esse aumento esteve relacionado, principalmente, à redução do EBITDA consolidado em R\$ 64,7 milhões, sendo 80% reflexo do menor reajuste de preços ocorrido no ano de 2017 (3,5%), quando comparado ao ano de 2016 (11,5%), com impactos Divisão Distribuição Farma e Divisão Varejo.

Adicionalmente, em 2016, na Divisão Varejo ocorreu a aquisição da Rede Rosário, por R\$ 173 milhões, o que mais do que dobrou o número de lojas da d1000 Varejo Farma, tornando a Companhia a sétima maior em número de lojas no País, de acordo com o ranking divulgado pela ABRAFARMA, considerando a Rede Tamoio e estimativas da Companhia. No primeiro trimestre de 2017, a Companhia desembolsou ainda R\$ 50,6 milhões referente ao pagamento da terceira parcela da aquisição da Rede Tamoio, e R\$ 71,2 milhões referentes à parcela inicial da aquisição da Rede Rosário e aportes de capital de giro na Rede. Para financiar o seu crescimento, a Companhia tem acesso a linhas de crédito nos maiores bancos que atuam no Brasil, e conta ainda com o interesse de seus acionistas, que entendem e apoiam sua estratégia de crescimento. Tal fato é corroborado pela grande adesão aos aumentos de capital realizados em 2016, 2017 e início de 2018 (cerca de 90% em 2018).

Além disso, a geração operacional de caixa tem contribuído para o financiamento de parte do nosso crescimento, conforme os nossos investimentos vão alcançando a maturação e as sinergias passando a ser mais evidentes. O resultado financeiro líquido (despesa financeira – receita financeira) correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 85,0 milhões em 2018, tendo sido de R\$ 142,3 milhões em 2017 e R\$ 128,6 milhões em 2016.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o financiamento de investimentos em ativos não circulantes e de nossas eventuais necessidades de capital de giro, utilizamos, além de recursos próprios e geração de caixa operacional, a captação de recursos no sistema financeiro nacional, com empréstimos (prioritariamente de longo prazo), emissão de valores mobiliários e a utilização de linhas de capital de giro disponíveis a partir de contratos firmados com instituições financeiras sólidas.

Não mantemos operações financeiras de *leasing* relevantes, de modo que a totalidade de nossa dívida seja indexada ao CDI, eliminando o risco cambial. Os contratos assinados são negociados de forma que seus pagamentos (do serviço da dívida e do principal) sejam compatíveis com nossa geração operacional de caixa e nossa gestão de caixa, de modo a manter nossas disponibilidades em nível apropriado para o desenvolvimento de nossas atividades.

Informações detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas, com discriminação de valores, taxas e prazos de vencimento, são apresentadas na alínea f do item 10.1 deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não há cenário provável de deficiência de liquidez, em nossa opinião, principalmente após a homologação do aumento de capital em 20 de março de 2018. Mantemos firme controle, com acompanhamento de nosso fluxo de caixa no dia a dia, e administramos nosso posicionamento financeiro de modo a manter nosso nível de endividamento adequado à nossa capacidade de pagamento. A realização de investimentos para a maior eficiência e crescimento dos negócios são sempre analisados cuidadosamente, e os recursos eventualmente necessários para seu financiamento são tomados de forma a manter nosso padrão de gestão de caixa, nível de liquidez e de alavancagem financeira. No período de 2013 a 2017, foram investidos cerca de R\$ 380 milhões, entre aquisições e absorção de empresas deficitárias, mas com grande potencial de valor.

Pretendemos manter essa administração cuidadosa do aspecto financeiro, especialmente na gestão de um negócio de capital de giro intensivo e margens reduzidas, como é o caso da distribuição de produtos farmacêuticos. Para cobrir eventuais necessidades de liquidez, além daquela coberta pela crescente geração de caixa da Companhia, contamos com limites disponíveis em instituições financeiras de primeira linha. A intenção da diretoria é continuar administrando a questão financeira de modo a manter nível de endividamento compatível com a geração de caixa operacional, perfil de vencimento primordialmente no longo prazo e representado apenas por dívidas em reais, moeda da totalidade de nossa receita. Nossa preocupação com a solidez da nossa situação financeira é constante, respaldada pelos processos de aumento de capital efetivados em 2016, 2017 e início de 2018. Buscamos otimizar e manter o equilíbrio saudável entre capital próprio e de terceiros. Vale ressaltar que ao mesmo tempo em que a Companhia reduziu significativamente seu nível de endividamento em 2018, aumentou a parcela de dívida no longo prazo, atingindo 55% ao final do ano (ante 35% em 2017 e 59% em 2016).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Nosso endividamento, proveniente da tomada de recursos no mercado financeiro basicamente para a realização de investimentos e financiamento de necessidades de liquidez para capital de giro e, mais recentemente, para financiar aquisições, é representado por dívidas tomadas em instituições financeiras privadas e emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com vencimento predominantemente no longo prazo. Em 2018, os empréstimos em moeda estrangeira foram designados como *hedge* e estão contabilizados a valor de mercado, permitindo assim que a apresentação do resultado e saldos patrimoniais de empréstimos estejam alinhados a estratégia de liquidação financeira/econômica da Companhia. A parcela da dívida tomada em moeda estrangeira está integralmente coberta por *swap* financeiro de forma a atrelar tal endividamento ao Real, indexada à variação do CDI. Desta forma não há risco cambial envolvido nas linhas de crédito cujo *funding* do banco foi formado em dólar. Abaixo, apresentamos nossa posição de endividamento e o perfil da dívida ao final dos exercícios de 2018, 2017 e 2016:

Endividamento (R\$ Milhões)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dívida bruta	636,0	757,2	608,7
Instrumentos Financeiros	8,9	3	0
Caixa e equivalentes	229,2	193,1	205,5
Dívida líquida	396,7	564,0	403,2

Endividamento - perfil (%)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Curto prazo (%)	46,0%	94,5%	40,5%
Longo prazo (%)	54,0%	5,5%	59,5%
Moeda nacional (%)	56,0%	50,2%	41,7%
Moeda estrangeira (%)	43,7%	49,8%	58,3%

Com relação ao endividamento apresentado nas demonstrações financeiras de 31/12/2017, R\$ 220 milhões anteriormente alocados como passivo de longo prazo foram reclassificados para o curto prazo, para atendimento ao item 74 do CPC 26, que normatiza esta prática mesmo para *waivers* concedidos após 31/12/17. De acordo com o item 74 do CPC 26, se uma empresa quebrar um *covenant* em determinado período, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concedido o *waiver* após a data de encerramento do período, neste caso 31/12/17.

Os procedimentos para pedido de *waiver* que a Companhia adotou para o final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram os mesmos utilizados nos exercícios e períodos trimestrais anteriores. A Companhia tomou a iniciativa de solicitar formalmente as instituições financeiras, indicando os números e as razões que norteavam estes

Dívida de longo prazo - vencimentos (R\$ milhões)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Em 2018	0,0	0,0	220,4
Em 2019	0,0	118,6	57,0
Em 2020	232,9	81,8	42,9
Em 2021	100,6	56,9	42,9
Em 2034	5,6	2,8	1,3
Em 2036	3,3	1,5	0,5

i. **Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Na tabela abaixo, apresentamos o endividamento da Companhia detalhado por instituição financeira, indexador e taxa de juros contratada, conforme posição ao final dos três últimos exercícios:

Instituições	Indexador	Juros	(R\$ milhões)		
			31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Banco Santander	CDI	101,17% do CDI + 2,7% a.m.	15,3	0,2	0,3
Banco do Safra	CDI	137,06% do CDI	7,7	41,8	49,7
HSBC	CDI	100% do CDI + 1% a.a.	0,0	0,0	13,8
Banco Pine	CDI	121,20 do CDI	0,0	17,0	0,0
Banco Guanabara	CDI	135% do CDI	4,5	9,7	0,0
Banco Banrisul	CDI	125,0% do CDI	0,0	3,1	6,5

Banco do Brasil	CDI	130,88% do CDI	294,4	288,6	181,3
Banco Bradesco	CDI	100% do CDI + 0,1205% a.m.	0,0	6,8	0,0
Banco ABC		110,9% do CDI	32,6	0,0	0,0
Banco Itaú		1,3358% a.a. (€\$)	41,8	0,0	0,0
Banco ABC (*)		3,59% a.a. (€\$)	7,0	0,0	0,0
Banco Itaú		1,55% a.m.	0,0	8,2	0,0
Banco ABC (*)		4,49% a.a. (US\$)	0,0	10,7	0,0
Banco BBM (*)		5,6586% a.a. (US\$)	20,1	3,4	15,6
Banco BRB		2,43% a.a.	8,9	4,3	1,9
Banco Safra (*)		5,6512% a.a. (US\$)	49,8	87,6	47,8
Banco Itaú (*)		4,2155% a.a. (US\$)	52,6	130,4	104,7
Banco Santander (*)		5,8855% a.a. (US\$)	0,0	65,8	109,6
Bradesco (*)		5,9775% a.a. (US\$)	98,8	79,4	77,5
Total			636,0	757,2	608,7

* Fair value option. Para mais informações, vide item "Operações com instrumentos financeiros" abaixo.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Realizamos operações de *swap* para a proteção da parcela de nossa dívida tomada em moeda estrangeira em relação às possíveis oscilações da taxa de câmbio. Essas operações são classificadas como ativos e passivos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado.

Todas as nossas operações de *swap* em aberto foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos tomados em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, de modo a trocar a exposição cambial de tais dívidas pela exposição ao CDI. Em 2018, estas operações foram designadas formalmente como "*hedge accounting*" e "*fair value option*". Os ganhos e perdas gerados pela apropriação de juros e ajustes para a marcação a mercado são registrados no resultado da Companhia.

Todos os *swaps* contratados estão reconhecidos pelo seu valor justo. Dessa forma, a Companhia receberá a variação cambial acrescida de taxa pré-fixada (Ponta ativa) e, em contrapartida, pagará a variação de um percentual do CDI (Ponta passiva). O valor a ser liquidado no vencimento será a diferença entre a Ponta ativa e a Ponta passiva, que são calculados como segue:

- Cálculo do Valor Justo da Ponta Ativa:

Valor em dólares na data de vencimento da operação descontado a valor presente pelo fator *pro rata temporis* do cupom cambial em dólares correspondente à data de vencimento, na data do cálculo.

Valor justo da Ponta Ativa = Valor presente em dólares X cotação do dólar Ptax (Banco Central do Brasil) de fechamento da data base.

- Cálculo do Valor Justo da Ponta Passiva:

Valor em reais na data de cálculo considerando a apropriação diária do fator do percentual do CDI de cada contrato.

A partir desse valor é calculado o montante estimado na data de vencimento considerando: taxa pré-

fixada brasileira de mercado X valor percentual do CDI contratado.

Valor justo da Ponta passiva = montante estimado na data de vencimento descontado a valor presente pelo fator *pro rata temporis* da taxa pré-fixada brasileira.

Os valores do cupom cambial em dólares e da taxa pré-fixada são obtidos em fontes de mercado independentes, como a B3 e provedores de informações financeiras.

As operações de *swap* utilizadas para proteção de empréstimos estão resumidas a seguir:

Consolidado						
Descrição	Valor de ref. (Nocional)			Valor justo		
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Contratos de "swaps"						
Indexador:						
US Dólar + 3,25% ao ano Op. Itaú	-	11.963	47.854	-	471	75
Dólar norte-americano + % 6,69 ao ano Op. Bradesco	15.000	15.000	30.000	-	-277	-1.467
Dólar norte-americano + % 6,60 ao ano Op. Bradesco	3.333	11.667	20.000	268	155	-754
Dólar norte-americano + 5,92 % ao ano Op. Bradesco	12.500	18.750	25.000	1.129	252	-1.025
Dólar norte-americano + 4,24 % ao ano Op. Bradesco	7.514	15.028	-	501	-196	-
US Dólar + 6,69% ao ano Op. HSBC	-	-	30.000	-	-	-1.467
US Dólar + 6,60% ao ano Op. HSBC	-	-	20.000	-	-	-754
US Dólar + 5,92% ao ano Op. HSBC	-	-	25.000	-	-	-1.025
US Dólar + 6,7960% ao ano Op. Safra	-	8.080	16.159	-	-727	-574
US Dólar + 6,7960% ao ano Op. Safra	-	7.500		-	-222	
US Dólar + 5,93% ao ano Op. Santander	-	12.000	20.000	-	406	
US Dólar + 5,90% ao ano Op. Santander	-	14.400	24.000	-	248	-378
US Dólar + 5,87% ao ano Op. Santander	-	20.400	34.000	-	292	-462
US Dólar + 5,36% ao ano Op. Itaú	-	-	14.963	-		-447
US Dólar + 6,24% ao ano Op. BBM	-	3.000	19.000	-	56	-39
Dólar norte-americano + 4,0735 % ao ano Op. Bradesco	4.042	8.083	352	-	358	-

Dólar norte-americano + 6,24 % ao ano Op. Bradesco	6.151	6.151	611	-	184	-
Dólar norte-americano + 4,80% ao ano Op. Itaú	11.932	11.932	2.756	-	456	-
Dólar norte-americano + 5,8535 % ao ano Op. Bradesco	6.0357	-	-	1.554	-	-
Dólar norte-americano + 7,6894 % ao ano Op. Safra	9.750	-	-	275	-	-
EURO + 1,5500 % ao ano Op. Itaú	10.000	-	-	(612)	-	-
EURO + 1,3500 % ao ano Op. Itaú	10.000	-	-	(338)	-	-
Dólar norte-americano + 6,1706 % ao ano Op. Bradesco	16.541	-	-	(912)	-	-
Dólar norte-americano + 6,8498 % ao ano Op. Safra	20.000	-	-	705	-	-
Total posição líquida ativo/passiva	187.120	163.954	250.976	7.177	1.456	-5.072

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data deste Formulário de referência, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Na data deste Formulário de referência, todas as dívidas da Companhia eram quirografárias. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Nos contratos de financiamento firmados com o Banco do Brasil e em vigor em 31 de dezembro de 2018 (detalhados no item 10.1, alínea f subitem i acima), existem cláusulas e condições a serem cumpridos – *covenants* – relacionados ao grau de liquidez da Companhia. Em caso do não atendimento das condições, as instituições financeiras têm a opção de solicitar a liquidação antecipada de tais empréstimos.

Regras contratuais ao final de 2018 (*covenants*) que, se atingidos, podem levar à antecipação dos empréstimos tomados:

	Dívida Líquida / EBITDA	EBITDA / Serviço da Dívida Líquida	Liquidez Corrente
Banco do Brasil (R\$ 150 milhões;	=<4,5	n.a	n.a

R\$ 60 milhões; R\$ 35 milhões)

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia descumpriu os *covenants* contidos nos contratos de financiamentos firmados com os bancos Banco do Brasil, Santander e Itaú em razão de três principais fatores:

- I. Aquisição da Rede Rosário em dezembro de 2016, com desembolso inicial de R\$ 32 milhões em 2016, adicionalmente aos investimentos ocorridos ao longo do ano de 2017, refletidos no endividamento total da Rede Rosário (R\$ 139,6 milhões). No desempenho operacional da Rede Rosário, vale ressaltar a absorção do resultado operacional (EBITDA) negativo de R\$ 9.954 mil em 2017.
- II. Investimentos totalizando R\$ 117 milhões relacionados principalmente (a) ao novo Centro de Distribuição no Rio de Janeiro (R\$ 35 milhões); e (b) ao pagamento da 2ª. parcela da aquisição da Rede Tamoio (R\$ 51 milhões).
- III. Redução do EBITDA consolidado principalmente relacionado ao aumento reduzido de preço ocorrido em 2017 (3,5%) quando comparado ao ano de 2016 (11,5%).

Em 31 de dezembro de 2017, do saldo na rubrica “Empréstimos e Financiamentos” apresentado no nosso passivo de curto prazo controladora e consolidado (Passivo Circulante), o montante de R\$ 220,4 milhões se refere à dívida da Companhia com o Banco do Brasil S.A., anteriormente alocada como passivo de longo prazo (Passivo não Circulante). Esse saldo de financiamento foi reclassificado para o curto prazo, pois o item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) estabelece que “quando a entidade quebrar um acordo contratual (*covenant*) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço”.

Posteriormente a 31 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu manifestação favorável do Banco do Brasil, na qual a mencionada instituição financeira concordou em não exigir antecipadamente os valores das dívidas contratadas pela Companhia. Dessa forma, embora o valor de R\$ 220,4 milhões tenha sido classificado como circulante visando única e exclusivamente o cumprimento de uma norma contábil, o mencionado valor será reclassificado para passivo não circulante a partir das próximas informações financeiras a serem reportadas pela Companhia. Da mesma forma, após 31 de dezembro de 2017 a Companhia recebeu os *waivers* referentes às operações com Santander e Banco Itaú. Os procedimentos para pedido de anuências (*waiver*) que a Companhia adotou para o final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram os mesmos utilizados nos exercícios e períodos trimestrais anteriores. A Companhia tomou a iniciativa de solicitar formalmente às instituições financeiras, indicando os números e as razões que norteavam estes.

A Companhia ressalta que recebeu os referidos *waivers* do Santander e Banco Itaú sem impacto nas taxas cobradas e prazos originalmente contratados, assim como sem custo adicional de taxa de *waiver* (*waiver fee*). O *waiver* recebido do Banco do Brasil não impactou as taxas cobradas e prazo originalmente contratado, porém apresentou um custo adicional de taxa de *waiver* (*waiver fee*) de R\$ 551 mil.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica, pois na data deste Formulário de Referência não possuímos financiamentos contratados

a serem utilizados em tranches.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

As Demonstrações Financeiras Societárias Consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contendo todos os ajustes já regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As informações constantes deste item 10.1(h) do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e informações financeiras trimestrais consolidadas, disponíveis em nosso site (www.profarma.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Análise do Desempenho 2018 x 2017

A análise dos nossos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Nossa Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

A análise comparativa do desempenho apresentada neste documento considera as demonstrações financeiras societárias e consolidadas. No entanto, para o melhor entendimento do desempenho da Companhia, é importante considerar a mudança estrutural e seus eventos operacionais e societários relativos à associação com a AmerisourceBergen, criação da Joint Venture Profarma Specialty e aquisição das redes de Varejo. Neste sentido, a Companhia apresenta, no *release* de resultados de 2018, arquivado na CVM e disponibilizada no website de RI (<http://ri.profarma.com.br/>), uma análise de desempenho de cada uma das Divisões.

<i>Em R\$ mil</i>	2018	2017	2018 x 2017
Receita líquida	4,271,127	4,100,711	4.2%
Custos das Vendas	(3,590,217)	(3,399,743)	5.6%
% da receita líquida	84.1%	82.9%	
Lucro Bruto	680.910	700,968	-2.9%
% da receita líquida	15.9%	17.1%	
Despesas Operacionais	(625,997)	(712,233)	-12.1%
% da receita líquida	14.7%	17.4%	

Despesas Gerais e administrativas	(131,761)	(139,495)	-5.5%
Despesas Comerciais e marketing	(347,251)	(381,328)	-8.9%
Despesas Logística e distribuição	(126,567)	(132,027)	-4.1%
Despesas Depreciação e amortização	(33,733)	(31,470)	7.2%
Outras receitas/despesas operacionais	0,0	(24,778)	
Participação nos Lucros de Coligadas, Controladas e Controladas em Conjunto	2.088	(3,135)	-100.1%
Lucro antes do Resultado Financeiro	54,913	(11,265)	-587.5%
% da receita líquida	1,3%	-0.3%	
Resultado Financeiro	(85,045)	(142,349)	-40.3%
% da receita líquida	-2,0%	-3.5%	
Receitas financeiras	13,594	20,982	-35.2%
Despesas financeiras	98,639	(163,331)	-160.4%
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos	(30,132)	(153,614)	-80.4%
% da receita líquida	0.7%	-3.7%	
Impostos	(20,398)	40,894	-149.9%
% da receita líquida	0.5%	1.0%	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(609)	(971)	-37.3%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21,007	41,865	-49.8%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(9,734)	(112,720)	-91.4%
% da receita líquida	-0,2%	-2.7%	

Receita Bruta

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita bruta consolidada alcançou R\$ 4.931,9 milhões, representando aumento de 3,1% em relação ao ano anterior. O crescimento está relacionado, principalmente, à evolução de 5,9% nas vendas da Divisão Distribuição Farma.

Receita Operacional Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida foi de R\$ 4,271,1 milhões, representando aumento de 4,2% em relação ao ano anterior quando totalizou R\$ 4,100,7 milhões.

Custo das Vendas

O custo das vendas compreende o custo de aquisição dos produtos revendidos e perdas de inventário. Não houve variação significativa entre os anos de 2017 e 2018, totalizando R\$ 3.590,2 milhões em 2018, ante R\$ 3.399,7 milhões em 2017. O aumento reflete o crescimento da receita bruta e líquida, ou

seja, acompanhou proporcionalmente o crescimento das vendas da Companhia.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto consolidado atingiu R\$ 680,9 milhões, representando uma redução de 2,9% em relação ao ano anterior. A redução é explicada, em grande parte, pela diminuição no lucro bruto na Divisão Varejo relacionada ao fechamento de lojas nos períodos comparados.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas operacionais consolidadas, representadas pelas despesas administrativas, comerciais e de logística (excluindo depreciação e outras receitas), somaram R\$ 605,6 milhões ou 14,2% da receita operacional líquida. O resultado aponta recuo de 1.7 p.p. em relação ao ano anterior, provocado pela redução de R\$ 40,5 milhões (3.0 p.p.) na Divisão Varejo em conjunto com a diminuição de R\$ 6,8 milhões (0.7 p.p.) na Divisão Distribuição Farma.

Outras receitas (despesas) operacionais

Na análise de outras receitas / (despesas) operacionais, é importante levar em consideração as despesas não recorrentes de cada período comparado. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou redução expressiva de 83,6% em despesas não recorrentes, saindo de R\$ 39,0 milhões em 2017 para R\$ 6,4 milhões em 2018. Excluindo-se estes valores, observa-se receita de R\$ 17,6 milhões em 2018, R\$ 5,4 milhões maior que a receita apresentada em 2017, de R\$ 12,2 milhões, principalmente relacionado à Divisão Distribuição Farma.

Despesas Financeiras Líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 85,0 milhões, 40,3% (R\$ 57,3 milhões) menores quando verificado com o registrado no ano anterior. Esta redução esteve relacionada, essencialmente, ao menor endividamento médio em R\$ 132,8 milhões, resultado do aumento de capital realizado no 1º trimestre de 2018, de R\$ 332,5 milhões, assim como a diminuição da necessidade de capital de giro, reflexo da redução do ciclo de caixa da Companhia em 5,6 dias.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Na análise do resultado líquido consolidado ajustado, observa-se redução expressiva de 96% no prejuízo líquido ajustado do ano, que atingiu R\$ 3,3 milhões. Tal desempenho esteve relacionado principalmente ao crescimento do resultado líquido ajustado da Divisão Varejo, de R\$ 30,5 milhões, assim como da divisão Distribuição Farma, que contribuiu com R\$ 16,9 milhões. A divisão Especialidades também contribuiu para a melhoria do resultado líquido ajustado da Companhia, com crescimento de R\$ 3,1 milhões entre 2017 e 2018.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Ativo Circulante

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de disponibilidades, incluindo instrumentos financeiros, totalizou R\$ 229,2 milhões, 18,6% acima do saldo de R\$ 193,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2017. A variação é explicada pelo aumento de capital homologado em 20 de março de 2018 e pela redução de 5,6 dias no ciclo de caixa.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes atingiram R\$ 545,2 milhões, 17,7% maiores do que o registrado em 2017 quando atingiram R\$ 463,3 milhões. Tal aumento reflete o crescimento de vendas na divisão Distribuição Farma.

Estoque

Em 31 de dezembro de 2018, o valor correspondente a estoques foi de R\$ 795,2 milhões, 26,1% maior do que o montante de R\$ 630,3 milhões verificado ao final do exercício de 2017. Tal aumento esteve principalmente relacionada à Divisão Distribuição Farma, cujo crescimento de vendas teve impacto direto no aumento dos estoques.

Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2018, os impostos a recuperar totalizaram R\$ 298,0 milhões, 9,9% maior que os R\$ 271,0 milhões verificados em 2017. A maior parte, R\$ 237,9 milhões, refere-se a ICMS a recuperar, substancialmente, pela substituição tributária sobre o valor dos estoques da Companhia, e o restante a IR e CSLL, Pis, Cofins, entre outros.

Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2018, outras contas a receber registrou recuo de 12,2%, passando de R\$ 78,9 milhões em 2017 para R\$ 69,3 milhões em 2018. A variação reflete, em grande parte, saldos de acordos comerciais com fornecedores.

Ativo Não Circulante

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2018, os impostos a recuperar totalizavam R\$ 3,7 milhões, 23,2% menor quando comparado com os R\$ 4,8 milhões verificados em 2017. A maior parte, R\$ 3,0 milhões, é representada por Pis e Cofins e o restante por IR e CSLL.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018, os investimentos somaram R\$ 29,8 milhões, 61,2% menores do que os R\$ 76,7 milhões registrados em 2017. A variação é explicada pela redução da participação na Profarma Specialty (Cannes RJ Participações S.A.), com impacto de R\$ 36,8 milhões.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, a posição de fornecedores totalizou R\$ 941,4 milhões, 34,9% maior quando comparada aos R\$ 697,8 milhões em 2016. A variação reflete essencialmente o crescimento das operações na divisão Distribuição Farma.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, a conta empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 292,3 milhões, ante R\$ 715,9 milhões em 2017. Esta redução é explicada principalmente pela redução do nível de endividamento da Companhia, resultado da capitalização ocorrida no 1º trimestre de 2018, de R\$ 332,5 milhões, assim como da evolução de 60,6% no resultado operacional da Companhia e da redução de 40,3% nas despesas financeiras, além da redução do ciclo de caixa em 5,6 dias. Adicionalmente, tal variação é explicada pela alocação, em 2017, de parte da dívida com o Banco do Brasil, R\$ 220,4 milhões, no curto prazo, tendo em vista o disposto no item 74 do CPC 26. De acordo com o item 74 do CPC 26, se uma empresa descumprir um *covenant* em determinado período, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concedido o *waiver* após a data de encerramento do período, neste caso 31/12/17. Ao final de 2018, não havia descumprimento de *covenant*, portanto esta parcela da dívida do Banco do Brasil foi alocada como originalmente contratada no longo prazo.

Salários e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2018, salários e contribuições sociais totalizou R\$ 35,7 milhões, ante R\$ 38,2 milhões em 2017, o que representa redução de 6,7%. A redução foi devida principalmente à Divisão Varejo, resultado do fechamento de 23 lojas no período.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2018, outras contas a pagar totalizou R\$ 95,1 milhões, ante R\$ 65,1 milhões em 2017. Esse aumento é explicado, principalmente, pela transferência do saldo devedor relativo à aquisição da Rede Rosário até dezembro de 2017, contabilizado no longo prazo (vencimento dez/2018). Adicionalmente, em 2018, a Companhia realizou o pagamento da última parcela da aquisição da Rede Tamoio, de R\$ 55 milhões.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, empréstimos e financiamentos somaram R\$ 343,7 milhões, ante R\$ 41,3

milhões em 2017. Tal variação é explicada pela alocação, em 2017, de parte da dívida com o Banco do Brasil, R\$ 220,4, milhões no curto prazo, tendo em vista o disposto no item 74 do CPC 26. De acordo com o item 74 do CPC 26, se uma empresa descumprir um *covenant* em determinado período, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concedido o *waiver* após a data de encerramento do período, neste caso 31/12/17. Não houve descumprimento de *covenant* em dezembro de 2018.

Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2018, provisão para contingências totalizou R\$ 76,4 milhões, valor 27,4% inferior aos R\$ 105,2 milhões registrados em 2017. Essa redução reflete a maior baixa e utilizações realizadas em 2018, principalmente, relacionadas à Divisão Varejo.

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar saiu de R\$ 86,0 milhões em 2017 para R\$ 0,3 milhões em 2018. A redução está relacionada à transferência para o curto prazo da parcela restante da aquisição da Rosário.

Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social da Companhia, ao final do exercício de 2018, totalizou R\$ 1.159,1 milhões, ante R\$ 826,5 milhões em 2016. A variação reflete a homologação do aumento de capital social em 20 de março de 2018, no montante de R\$ 332,5 milhões, em razão da subscrição e total integralização de 47.502.351 (quarenta e sete milhões, quinhentos e duas mil, trezentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 7,00 (sete reais) por ação.

Lucros (prejuízo) Acumulados

A Companhia encerrou o ano de 2018 com o saldo de lucros acumulados negativo em R\$ 285,6 milhões, 16,1% maior do que o saldo negativo de R\$ 246,0 milhões em 2017, o que reflete a absorção do resultado líquido de 2018.

Análise do Desempenho 2017 x 2016

A análise dos nossos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Nossa Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

A análise comparativa do desempenho apresentada neste documento considera as demonstrações financeiras societárias e consolidada. No entanto, para o melhor entendimento do desempenho da Companhia é importante considerar a mudança estrutural e seus eventos operacionais e societários relativos à associação com a AmerisourceBergen, criação da Joint Venture Profarma Specialty e aquisição das redes de Varejo. Neste sentido, a Companhia apresenta, no *release* de resultados de

2017, arquivado na CVM e disponibilizada no website de RI (<http://ri.profarma.com.br/>), visões consolidado e consolidado *proforma*. Além disso, o documento oferece uma análise de desempenho de cada uma das Divisões.

<i>Em R\$ mil</i>	2017	2016	2017 x 2016
Receita líquida	4,100,711	4,084,669	0.4%
Custos das Vendas	(3,399,743)	(3,459,416)	-1.7%
<i>% da receita líquida</i>	82.9%	84.7%	
Lucro Bruto	700,968	625,253	12.1%
<i>% da receita líquida</i>	17.1%	15.3%	
Despesas Operacionais	(712,233)	(549,089)	29.7%
<i>% da receita líquida</i>	17.4%	13.4%	
Despesas Gerais e administrativas	(139,495)	(126,725)	10.1%
Despesas Comerciais e marketing	(381,328)	(255,173)	49.4%
Despesas Logística e distribuição	(132,027)	(122,901)	7.4%
Despesas Depreciação e amortização	(31,470)	(19,502)	61.4%
Outras receitas/despesas operacionais	(24,778)	(19,218)	28.9%
Participação nos Lucros de Coligadas, Controladas e Controladas em Conjunto	(3,135)	(5,570)	-43.7%
Lucro antes do Resultado Financeiro	(11,265)	76,164	-114.8%
<i>% da receita líquida</i>	-0.3%	1.9%	
Resultado Financeiro	(142,349)	(128,582)	10.7%
<i>% da receita líquida</i>	-3.5%	-3.1%	
Receitas financeiras	20,982	29,450	-28.8%
Despesas financeiras	(163,331)	(158,032)	3.4%
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos	(153,614)	(52,418)	193.1%
<i>% da receita líquida</i>	-3.7%	-1.3%	
Impostos	40,894	3,455	1083.6
<i>% da receita líquida</i>	1.0%	0.1%	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(971)	(2,476)	-60.8%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	41,865	5,931	605.9%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(112,720)	(48,963)	130.2%
<i>% da receita líquida</i>	-2.7%	-1.2%	

Receita Bruta

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita bruta consolidada alcançou R\$ 4.782,2 milhões, evolução de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento está relacionado, principalmente, à Divisão Varejo, com evolução de 47,5%, reflexo da rede Rosário, cujas vendas passaram a ser consolidadas a partir de dez/16.

Receita Operacional Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita líquida foi de R\$ 4.100,7 milhões em linha com o montante apurado em 2016.

Custo das Vendas

O custo das vendas compreende o custo de aquisição dos produtos revendidos e perdas de inventário. Não houve variação significativa entre os anos de 2016 e 2017, totalizando R\$ 3.399,7 bilhões em 2017, ante R\$ 3.459,4 milhões em 2016. A variação mínima reflete o foco que a Companhia tem dado ao longo dos últimos dois anos como parte de sua nova estratégia ao optar por reduzir a participação de grandes clientes e, ao mesmo tempo, aumentar a participação da d1000 Varejo Farma.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro bruto cresceu 12,1% na comparação com o ano anterior, com margem bruta de 17,1%, o que representa incremento de 1.8 p.p.. Nesta evolução já está refletida parte dos benefícios esperados pela Companhia na adoção do modelo integrado ao Varejo. A variação está relacionada, em grande parte, ao impacto positivo da consolidação dos resultados da rede Rosário, a partir de dez/16.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as despesas operacionais representadas pelas despesas administrativas, comerciais e de logística (excluindo depreciação e outras receitas), somaram R\$ 652,9 milhões ou 15,9% da receita operacional líquida. O resultado aponta aumento de 3.5 p.p. em relação a 2016, provocado, em grande parte, pela consolidação das despesas operacionais da rede Rosário a partir de dez/16.

Outras receitas (despesas) operacionais

Considerando a análise de outras receitas / (despesas) operacionais, em 2017, foi registrada despesa de R\$ 24,8 milhões, resultado R\$ 5,6 milhões maior em relação às despesas de R\$ 19,2 milhões registradas no ano anterior. Excluindo as despesas não recorrentes de R\$ 28,2 milhões (2016) e R\$ 39,0 milhões (2017), observa-se receita operacional em 2017 (R\$ 14,2 milhões) R\$ 5,2 milhões superior ao ano anterior, principalmente em função da Divisão Distribuição Farma, responsável por R\$ 3,5 milhões do incremento.

Despesas Financeiras Líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as despesas financeiras líquidas

totalizaram R\$ 142,3 milhões, aumento de R\$ 13,8 milhões na comparação com o ano anterior. Para efeito de análise, deve-se excluir das despesas do ano os efeitos financeiros dos investimentos na Divisão Varejo: (i) R\$ 21,7 milhões relacionados aos pagamentos da terceira parcela da Tamoio (R\$ 50,6 milhões no 1T17) e da parcela inicial da Rede Rosário e aportes de capital de giro (R\$ 71,2 milhões); (ii) R\$ 16,7 milhões relativos ao endividamento médio da Rede Rosário; (iii) R\$ 5,1 milhões relativos à correção dos saldos a pagar de Tamoio e Rosário; e (iv) R\$ 5,1 milhões referentes a parcelamentos relacionados a renegociações de passivos com fornecedores.

Excluindo-se estes efeitos relativos ao Varejo, que totalizam R\$ 48,6 milhões, observa-se diminuição nas despesas financeiras de R\$ 34,8 milhões, basicamente relacionadas à redução nas taxas de juros no ano de cerca de 30%.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Na análise do resultado líquido consolidado, o ano de 2017 apresentou prejuízo líquido de R\$ 112,7 milhões, R\$ 63,7 milhões maior que o prejuízo líquido de R\$ 49 milhões no ano anterior.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Ativo Circulante

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de disponibilidades, incluindo instrumentos financeiros, totalizou R\$ 193,2 milhões, 6,0% inferior ao saldo de R\$ 205,5 milhões verificado em 31 de dezembro de 2016. A variação é explicada pelo maior uso de caixa para aumento de estoques, tanto na Distribuição Farma quanto na d1000 Varejo Farma para reabastecimento da Rede Rosário adquirida, em novembro de 2016.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes foram 12,1% menores do que o registrado em 2016. Enquanto em 2017 tal conta atingiu R\$ 463,3 milhões, em 2016 foi registrado R\$ 527,3 milhões. A variação reflete a opção da Companhia em reduzir sua exposição às grandes redes.

Estoque

O valor correspondente a estoques em 2017, R\$ 630,3 milhões, evidencia recuo de 3,0% na comparação com o montante de R\$ 649,5 milhões verificado ao final do exercício de 2016. A variação esteve principalmente relacionada a opção da Companhia em reduzir sua exposição às grandes redes, o que diminuiu a necessidade de estoques. Além disso, uma vez que o reajuste médio dos medicamentos em 2017 (3,5%) foi menor do que em 2016 (11,5%), houve menor investimento de adicional de estoque para capturar o ganho do aumento de preços.

Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$ 271,0 milhões, valor 8,4% maior que os R\$ 250,0 milhões

verificados em 2016. A maior parte, R\$ 213,3 milhões, refere-se a ICMS a recuperar, substancialmente, pela substituição tributária sobre o valor dos estoques da Companhia.

Outras Contas a Receber

A conta registrou 50,0% de aumento, passando de R\$ 52,6 milhões ao final de 2016 para R\$ 78,9 milhões em 2017. A variação reflete, em grande parte, saldos de acordos comerciais com fornecedores.

Ativo Não Circulante

Depósitos Judiciais

Em 2017, os depósitos judiciais somaram R\$ 18,8 milhões, 20,7% abaixo do montante de R\$ 23,7 milhões registrados em tal conta durante o ano de 2016. A redução é explicada pela baixa dos processos em andamento para os quais existiam garantias.

IR e CSLL Diferidos

IR e CSLL diferidos, ao final de 2017, totalizavam R\$ 43,6 milhões, o que representa redução de 27,1% quando comparado com os R\$ 59,8 milhões verificados em 2016.

Investimentos

Em 2017, os investimentos somaram R\$ 76,7 milhões, valor 3,9% menor do que os R\$ 79,8 milhões registrados em 2016.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017, a posição de fornecedores totalizou R\$ 697,8 milhões, 5% menor quando comparado aos R\$ 734,9 milhões em 2015. A variação também reflete a opção da Companhia em reduzir sua exposição às grandes redes.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017, a conta empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 715,9 milhões, ante 246,3 milhões em 2016. Tal variação é explicada pela alocação de parte da dívida com o Banco do Brasil, R\$ 220,4 milhões, no curto prazo, tendo em vista o disposto no item 74 do CPC 26.

De acordo com o item 74 do CPC 26, se uma empresa quebrar um *covenant* em determinado período, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concedido o *waiver* após a data de encerramento do período, neste caso 31/12/17.

Salários e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2017, salários e contribuições sociais foi de R\$ 38,2 milhões, ante R\$ 42,2 milhões em 2016, o que representa redução de 9,5%. O ajuste na estrutura corporativa criada para

absorver a aquisição da Rede Rosário explica a variação.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de outras contas a pagar totalizou R\$ 65,1 milhões, ante R\$ 59,8 milhões em 2016. A variação é explicada, principalmente, pelo saldo devedor relativo a aquisição da Rede Rosário.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos e financiamentos somaram R\$ 41,3 milhões ao final de 2017, ante R\$ 363,4 milhões em 2016. Tal variação é explicada pela alocação de parte da dívida com o Banco do Brasil, R\$ 220,4 milhões, no curto prazo, tendo em vista o disposto no item 74 do CPC 26.

De acordo com o item 74 do CPC 26, se uma empresa quebrar um *covenant* em determinado período, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concedido o *waiver* após a data de encerramento do período, neste caso 31/12/17.

Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para contingências totalizou R\$ 105,2 milhões, valor 11,5% inferior aos R\$ 118,9 milhões registrados em 2016. A variação reflete a maior baixa e utilizações realizadas em 2017, principalmente, no tocante às provisões tributárias e trabalhistas.

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar saiu de R\$ 167,7 milhões em 2016 para R\$ 86,0 milhões em 2017. A redução evidencia pagamentos efetuados referentes às parcelas de aquisição das Redes Tamoio e Rosário.

Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social da Companhia, ao final do exercício de 2017, totalizou R\$ 826,5 milhões, ante R\$ 726,8 milhões em 2016. A variação reflete a homologação do aumento de capital social, em 31 de março de 2017, no montante de R\$ 99,7 milhões em razão da subscrição e total integralização de 11.472.612 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As referidas ações foram creditadas em bolsa no dia 07 de abril de 2017.

Lucros (prejuízo) Acumulados

A Companhia encerrou o ano de 2017 com o saldo de lucros acumulados negativo em R\$ 246,0 milhões, 84,5% maior do que o saldo negativo de R\$ 133,3 milhões em 2016, o que reflete a absorção do resultado líquido de 2017.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. *Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

A Profarma atua exclusivamente no mercado nacional, em regiões que compreendem pouco mais de 96% do território nacional, com vendas realizadas exclusivamente em moeda local.

Em 31 de dezembro de 2018, a divisão distribuição farma ("Divisão Distribuição Farma") registrou crescimento de (i) 6,5% na receita líquida, atingindo R\$ 3,8 bilhões, e (ii) 15,5% no Ebitda, atingindo R\$ 69,2 milhões (com uma margem Ebitda de 1,8%). Na análise por região geográfica, os melhores desempenhos em 2018 foram registrados na região Centro-Oeste e Nordeste, com aumentos de 8,2%, ante o registrado no ano anterior. Considerando a análise por categoria, o destaque foi o segmento Branded, 8,0% acima do registrado no ano de 2017.

Entre as principais iniciativas da Divisão Distribuição Farma em 2018, destacam-se:

- melhoria do mix de vendas, com foco na categoria "Genéricos";
- estabilização da operação do novo centro de distribuição do Rio de Janeiro, inaugurado em outubro de 2017;
- recuperação da alavancagem operacional, com redução de 0.7 p.p. na despesa operacional;
- redução do ciclo de caixa em 5,0 dias;
- recuperação de *market share* para níveis anteriores;
- melhoria de 4.0 p.p. no nível de serviço, atingindo 94,0%;
- alcance da marca recorde de 43 mil CNPJs atendidos;
- ampliação da área de serviços, com destaque para a expansão do contrato de Propaganda Médica – agora, com o dobro da equipe e atuação em todo o território nacional.

O desempenho na divisão varejo ("Divisão Varejo"), em 2018, foi um dos mais expressivos desde 2013, quando a Companhia ingressou em tal segmento. A Divisão obteve receita bruta de R\$ 1,2 bilhão, em linha com a registrada em 2017, porém, aplicando o conceito de "mesmas lojas", registrou crescimento de 4,8% e evolução no faturamento médio por loja de 9,4%. Essa conquista na venda média por loja, somada à redução nas despesas operacionais, proporcionou evolução da margem de contribuição de 4,9% para 6,7%. Com a diminuição das despesas corporativas de 14,5%, o Ebitda passou de R\$ 0,4 milhão em 2017 para R\$ 22,2 milhões em 2018. Dessa forma, foi possível reduzir em 95,5% o prejuízo líquido, de R\$ 47,5 milhões para R\$ 2,1 milhões.

A Divisão Varejo foi uma das poucas redes a seguir com o crescimento em lojas maduras, e isso só foi possível, em decorrência destas iniciativas:

- 106 intervenções em lojas, entre reformas e ampliações;
- otimização do nosso portfólio, com 23 fechamentos e 9 trocas de ponto;
- diminuição da ruptura em loja;
- renovação de 100% do parque de computadores da operação;
- unificação do sistema de frente de loja;
- roll out de CRM para a Rosário;

- crescimento de 36,9% em receita de nossas Marcas Exclusivas, atingindo 4,7% de front store share em dezembro de 2018;
- aumento de 6,6% do ticket médio, na comparação dez/18 vs 17.

A divisão Specialty também mostrou ao longo do ano as evoluções operacionais relevantes como o crescimento de 25,1% nas vendas, que somaram R\$ 1,3 bilhão, e o incremento de 127,9% no Ebitda, atingindo R\$ 24,1 milhões. Estes resultados operacionais somados à redução nas despesas financeiras em R\$ 10,8 milhões, resultante da capitalização no ano de R\$ 108 milhões, reverteram o prejuízo de R\$ 6,2 milhões em 2017, para um lucro de R\$ 11,0 milhões em 2018

O envelhecimento da população brasileira, hoje predominantemente jovem, deve continuar fomentando o consumo de medicamentos no Brasil que, atualmente, ainda se mantém em níveis inferiores ao de países desenvolvidos. O aumento da renda real também deve provocar o crescimento da indústria de cosméticos e de perfumaria. O desenvolvimento de novos princípios ativos também é fator determinante para o crescimento de toda a cadeia de valor na indústria farmacêutica.

ii. ***Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais***

O cenário político-econômico nacional contribuiu para que, em 2018, o setor farmacêutico no qual a Companhia se insere apresentasse um dos menores crescimentos dos últimos anos: apenas 6%, segundo o IQVIA, pela métrica *Consumer Purchase Price*, que contempla a análise de 70 milhões de transações/mês. Entre os fatores que cooperaram para este desempenho, podemos citar: um dos menores aumentos de preços (aproximadamente, 2,5%, abaixo, inclusive, da inflação do ano); o aumento da demanda por produtos com preços mais baixos, fruto da crise econômica; o crescimento da concorrência, com aumento dos descontos praticados; a greve dos caminhoneiros e o alto índice de ruptura dos fornecedores.

Nos últimos anos o mercado de distribuição passou por importante incremento em volume de vendas e valor. As vendas saíram de 3,5 bilhões de unidades em 2013 para 3,9 bilhões em 2016 enquanto o preço médio ao consumidor saltou de R\$ 67 bilhões para R\$ 84 bilhões. Ainda, o mercado de distribuição nacional apresenta um grau de concentração inferior à consolidação verificada nos últimos 15 anos nos países desenvolvidos.

O mesmo movimento pode ser observado no varejo farmacêutico brasileiro que registrou crescimento no volume de vendas e valor nos últimos anos (vendas: de 5,1 bilhões de unidades em 2016 para 5,7 bilhões em 2018; valor: R\$ 94,6 bilhões em 2016 para R\$ 118,0 bilhões em 2018) e ainda apresenta grande fragmentação e oportunidades mesmo para as bandeiras que apresentaram grandes taxas de crescimento recentemente.

Em adição, acreditamos que o envelhecimento populacional sustenta o crescimento do mercado. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um período de 15 anos, entre 1999 e 2014, a expectativa de vida aumentou quase cinco anos e a população vive, em média até os 74,9 anos. Dados divulgados pelo IBGE, baseados no Censo Demográfico 2010, apontam que os idosos no Brasil deverão representar 26,7% da população (58,4 milhões de idosos para uma população de 218 milhões de pessoas), em 2060, numa proporção 3,6 vezes maior do que a atual.

Nesse sentido, considerando a dinâmica positiva do setor farmacêutico, a Profarma tem executado sua estratégia de diversificação sob atuação de modelo integrado. Assim, com o objetivo de ampliar nossa

posição no varejo farmacêutico, anunciamos no final do trimestre a aquisição da Drogaria Rosário S.A., rede líder no Centro-Oeste com 150 lojas. Além disso, temos aproveitado todas as vantagens de uma atuação integrada com a captura de sinergias e fundamentada em grandes vetores de criação de valor, como: (i) relevância para indústria; (ii) capacidade de expansão para novas áreas; (iii) menor dependência de grandes redes na Divisão Distribuição Farma; (iv) menor capital de giro (reflexo de um ciclo de caixa mais eficiente); (v) otimização tributária; e (vii) sinergias de G&A.

Mesmo em um cenário desafiador temos logrado êxito em nossa estratégia de diversificação por meio da atuação como plataforma integrada e verticalizada.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Historicamente, o mercado farmacêutico brasileiro tem registrado crescimento a taxas superiores a dois dígitos. As descobertas de novos medicamentos e a inclusão de novos consumidores, tanto devido ao aumento real de renda da população brasileira muito em consequência da inflação controlada, e políticas públicas como farmácia popular, mantém a expectativa desse crescimento.

Há que se destacar também a pequena elasticidade dos produtos farmacêuticos, pouco sensíveis a significantes alterações na economia como um todo.

Os produtos genéricos – itens que proporcionam melhor rentabilidade para a distribuição e para o varejo – tendem a manter as taxas históricas de crescimento na medida em que esses produtos ganham cada vez mais a confiança de médicos e consumidores. Estes medicamentos também são beneficiados pela prescrição das patentes, movimento intensificado a partir de 2010, com alguns remédios com alto volume de vendas. Uma pesquisa pelo Instituto Febrifar de Pesquisa e Educação Continuada (Ifepec) revelou que os medicamentos genéricos conseguiram superar a desconfiança dos consumidores e cerca de 37% consumidores passaram a adquirir medicamentos dessa modalidade. Segundo dados do IMS Health, em 2018, o faturamento dos produtos considerados genéricos cresceu 15,4% ante o ano de 2017.

Os lançamentos de novos produtos no mercado farmacêutico atuam como alavancas para o crescimento. Dados divulgados pela IMS Health mostram que em 2015, novas marcas responderam por US\$ 35 bilhões no mundo. As patologias de hepatite, oncologia e diabetes foram os principais propulsores do crescimento. O Brasil, como mercado em desenvolvimento ainda sofre uma restrita oferta de produtos, explicado por diversos fatores, desde regulatórios como econômicos. De 2010 a 2014, por exemplo, foram lançados 170 novos produtos no mundo sendo que apenas 41 são comercializados no País.

A solidez e a ética da Profarma, aliadas ao elevado grau tecnológico de suas operações e suportadas por seu modelo de gestão e equipe motivada, capacitam a Companhia na busca da melhor rentabilidade do setor e da liderança em vendas. Nesse sentido, a Companhia tem sua estratégia de crescimento sustentada pela diversificação por meio da atuação sob o modelo integrado. Com isso, a Profarma está buscando aumentar a rentabilidade aos seus acionistas por meio da captura de valor ao longo da cadeia do setor farmacêutico no País.

Ademais, as flutuações da taxa de câmbio não possuem um impacto na receita, uma vez que todo o comércio e distribuição de produtos farmacêuticos da Companhia está destinado ao mercado interno e

os produtos vendidos são na sua maioria de origem nacional.

Estrutura Regulatória

Os setores de saúde e farmacêutico no Brasil são regulados e supervisionados pelo Ministério da Saúde por intermédio da ANVISA, nos termos da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, conforme alterada.

As companhias que desejem comercializar medicamentos devem efetuar o registro junto à ANVISA, que verificará a eficácia e as peculiaridades dos medicamentos mediante as instruções para uso e embalagem.

A indústria farmacêutica foi influenciada pelos seguintes dispositivos legais e regulatórios nos últimos anos:

- Lei da Propriedade Industrial. A Lei da Propriedade Industrial declara o comprometimento do Brasil em proteger patentes internacionais e produtos inovadores contra a pirataria e a reprodução ilegal. Ela também garante proteção aos produtos farmacêuticos ainda em fase de testes e não lançados no mercado;
- Código de Defesa do Consumidor. O Código de Defesa do Consumidor prevê as regras de proteção ao consumidor, que é considerado como hipossuficiente face ao fornecedor de produtos e à indústria em geral. As relações de consumo realizadas no âmbito da indústria farmacêutica, portanto, devem cumprir todas as normas estabelecidas pelo referido código, principalmente, mas não se limitando, àquelas relativas à proteção da saúde do consumidor;
- Regulamentação dos Medicamentos Genéricos. O principal objetivo da regulamentação dos Medicamentos Genéricos no Brasil, criada pela Lei nº 9.787 de 10 de fevereiro de 1999, era o de oferecer um maior acesso a produtos farmacêuticos aos consumidores de baixa renda, tendo em vista a maior média de descontos concedidos a esses produtos desta categoria, quando comparados aos Medicamentos Branded (30,0% a 70,0%); e
- Política de Regulação – monitoração de Preços e CMED. A Medida Provisória nº 123, de 26 de junho de 2003, convertida na Lei 10.742 de 06 de outubro de 2003, restabeleceu o controle de preços de medicamentos no Brasil para cerca de 20 mil apresentações de medicamentos de amplo uso pela população e que não tinham grande concorrência no mercado. Os fabricantes deverão observar, para o ajuste e determinação de seus preços, as regras definidas nesta Medida Provisória/Lei. Com a nova política de regulação econômica do mercado farmacêutico, ficou estabelecido que os reajustes de preços do setor serão anuais, ocorrendo o primeiro em março de 2004.

Fórmula de Ajuste Anual de Preço

O ajuste de preços de medicamentos está baseado em modelo de teto de preços calculado com base em índice de inflação, ajustado por um fator de produtividade e um fator de preços-relativos intra-setor e entre setores. A fórmula do reajuste pode ser observada a seguir:

$$VPP = IPCA - X + Y + Z$$

Onde:

VPP representa a variação percentual do preço do medicamento;

IPCA representa a taxa de inflação aplicável;

X representa o fator de produtividade;

Y representa o fator de ajuste de preços relativos entre setores; e

Z representa o fator de ajuste de preços relativos intra-setor.

O fator de produtividade (fator X) é o mecanismo que permite repassar aos consumidores, por meio dos preços dos medicamentos, projeções de ganhos de produtividade dos fabricantes.

A parcela do fator de ajuste de preços relativos entre setores (fator Y) é calculada com base na variação dos custos dos insumos do setor farmacêutico, desde que tais custos não sejam capturados no cálculo do IPCA.

A parcela do fator de ajuste de preços relativos intra-setor (fator Z) é calculada com base no poder de mercado, na assimetria de informação e nas barreiras à entrada. O poder de mercado é determinado pelo nível de concorrência gerado pela comercialização de Medicamentos Genéricos, com o objetivo de promover a concorrência e contribuir para a redução de preços.

Para efeito da parcela do fator de reajuste, foram definidas três faixas de medicamentos (Resolução CMED nº1, de 25 de fevereiro de 2005):

- Nível 1: classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento igual ou superior a 20,0% do total. Neste caso, o fator Z é igual ao ganho de produtividade;
-
- Nível 2: classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento igual ou superior a 15,0% e abaixo de 20,0%. Neste caso, o fator Z será equivalente a 50,0% do ganho de produtividade; e
- Nível 3: classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento abaixo de 15,0%. Neste caso, o fator Z é nulo.

Compete à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão do governo formado por representantes de vários ministérios, definir os critérios de composição dos fatores de reajuste e das classes terapêuticas, seja por produto, por mercado relevante ou por grupo de mercados relevantes.

Os Medicamentos OTC não são submetidos ao modelo de teto de preços do reajuste. Para impacto da variação cambial, verifique o próximo item (c).

Em 2017, a CMED autorizou o reajuste de até 4,76% nos preços dos medicamentos em todo o país. O reajuste, ocorrido em 31 de março de 2017, e representa um reajuste médio de 2,63%, tendo em vista as três faixas de aumento reguladas pela CIMED. Neste sentido, foi o menor reajuste médio em 10 anos e abaixo da taxa de inflação de 4,76%.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Inflação

Os resultados da Companhia podem ser afetados pela variação da inflação. Os custos e despesas são incorridos em reais e são reajustados quando os prestadores de serviços aumentam seus preços, geralmente, com base na variação da inflação. Esses prestadores de serviços utilizam, de modo geral, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para reajustar seus preços, ao passo que os alugueis são reajustados pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). No caso dos alugueis, por exemplo, nossas 225 lojas de varejo são locadas e possuem algum tipo de cláusula de reajuste, assim como os Centros de Distribuição da Divisão Distribuição Farma.

Com relação à receita bruta, também pode ser indiretamente afetada pela inflação, uma vez que a regulação do mercado farmacêutico no Brasil prevê correção anual, tendo como um dos principais componentes, o IPCA.

Câmbio

Buscando reduzir os custos de suas captações de recursos, a Profarma tem contratadas operações em moeda estrangeira, vinculada às operações de *swap*, registrada na CETIP (Central de Custódia e Liquidação). Nestas operações a Companhia receberá variação cambial acrescido de taxa de juros e, em contrapartida, pagará um percentual do CDI na data de vencimento. As operações contratadas não possuem cláusulas contratuais de chamada de margem. A Profarma tem a intenção de liquidar tais contratos sempre simultaneamente com os respectivos empréstimos. Dessa forma, eliminamos o risco cambial nas operações.

Considerando que a exposição ao risco de oscilações nas taxas de câmbio da Profarma é integralmente mitigada pelas operações de *swap*, contratado com o objetivo de proteção, a oscilação do real em relação às diferentes moedas não produziu ou produzirá efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. Surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes que impactem as taxas praticadas no País para o Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Adicionalmente, a aquisição da Rede Rosário no valor de R\$ 123 milhões (ajustado pelo gap de capital de giro, estimado em R\$ 50 milhões) se deu em duas parcelas, uma no fechamento da operação, R\$ 32,0 milhões e o saldo em até 36 meses após o fechamento com correção de 120% do CDI no período.

A Profarma tem utilizado como indexador financeiro de suas operações de empréstimos e financiamento a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2018 a dívida bruta indexada ao CDI foi de R\$ 636,0 milhões ante R\$ 757,2 milhões em 2017 e R\$ 608,7 milhões em 2016.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A nossa estratégia de crescimento se baseia na atuação por meio de uma plataforma integrada e verticalizada no mercado farmacêutico e na diversificação, entre outros pontos relevantes. Assim, a atuação da Companhia está dividida em três unidades de negócio, que chamamos de Divisões: Divisão Distribuição Farma, Divisão Especialidades e Divisão Varejo (d1000 Varejo Farma).

Em 2014, a Profarma celebrou associação estratégica com a Companhia AmerisourceBergen Corporation por meio de sua subsidiária BPL Brazil Holding Company. Com isso, a AmerisourceBergen passou a deter 19,9% do Capital Social da Profarma a partir da subscrição de novas ações, em decorrência de aumento de capital que foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de maio de 2014. O aporte de R\$ 186.767 mil foi viabilizado por meio da cessão, pela BMK Participações S.A., controladora da Profarma, sem contraprestação financeira à cedente, do seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da Companhia. O aumento de capital se deu ao preço de R\$ 22,50 por ação e pôde ser acompanhado pelos demais acionistas da Companhia, que exerceram o direito de preferência garantido por lei e nos termos do estatuto social) com aporte de R\$ 87 ao mesmo custo unitário.

Adicionalmente, e como parte da mesma associação, as Companhias passaram a deter cada uma 50% da Cannes RJ Participações S.A. ("Cannes"), que atua no mercado de especialidades farmacêuticas. A contribuição da Profarma para Joint Venture foi representada por seus ativos operacionais direcionados para tal segmento – formados pelas participações recentemente adquiridas nas sociedades Profarma Specialty e Arpmid e, ainda, os ativos da controladora relacionados ao segmento de especialidades farmacêuticas - enquanto a AmerisourceBergen contribuiu com um aporte primário de R\$ 40.000 mil e um aporte secundário (por meio de aquisição de ações adicionais) de R\$ 21.350 mil.

Em 23 de dezembro de 2015, a Profarma adquiriu, através de sua controlada d1000 Varejo (antiga razão social Cancun), participação adicional de 50% de ações, com direito a voto, da Itamaraty Empreendimentos e Participações S.A., aprovada pelo CADE em 08 de dezembro de 2015. A Profarma passou a deter indiretamente 100% de participação nas ações da Itamaraty Empreendimentos e Participações S.A., que detém 100% da Rede de Drogarias Tamoio.

A aquisição da Itamaraty contribuiu para aumentar a atuação da Profarma no segmento de mercado de varejo, por meio da Rede de Drogarias Tamoio.

Adicionalmente, em 25 de setembro de 2016, a Profarma adquiriu por meio de sua controlada d1000 Varejo (antiga razão social Cancun), participação adicional de 100% de ações, com direito a voto, das Drogaria Rosário S.A. e Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda, aprovado pelo CADE em 10 de novembro de 2016.

A seguir estão descritos os tipos de contraprestações transferidas e os valores reconhecidos como ativos decorrentes desta aquisição na data de aquisição e o ágio apurado (em bases provisórias, conforme permitido pelo CPC 15.45):

Contraprestação Transferida	Valor Justo
Aporte Secundário	89.050
Earn out	15.000
Total	104.050

A forma de pagamento dos aportes está abaixo descrita:

Aporte secundário - os pagamentos serão feitos da seguinte forma: R\$ 32.000 em dinheiro a vista, R\$ 57.050 em 16 de novembro de 2019 (valor de aquisição deduzido de ajuste de preço previsto em contrato) e *Earn out* - R\$ 15.000 em 16 de novembro de 2019 (dependente do desempenho da receita bruta da Rosário por 36 meses a partir de 1º de novembro de 2016). Em 31/12/2018, os saldos a pagar somaram o montante de R\$ 69.024 e estão registrados na rubrica "Outras contas a pagar".

A Companhia realizou custos relacionados à aquisição de R\$ 4.049 com honorários legais. Essas despesas sensibilizaram o resultado da Companhia contabilizados como outras receitas/despesas operacionais.

Resumo da Operação

Valor total da contraprestação transferida	104.050
Valor justo dos investimentos líquido de IR diferido	(79.000)
Ágio	183.050

Ativos Identificáveis Adquiridos e

Passivos Assumidos a Valor Justo Em 10/11/2016

Caixa e equivalentes de caixa	1.802
Contas a receber e outros créditos	135.277
Estoques	73.615
Imobilizado/Intangível	22.065
Marca - Valor Justo	22.045
Ponto Comercial - Valor Justo	39.529
Fornecedores e outras contas a pagar	(256.938)
Impostos a recolher	(22.271)
Provisão para riscos	(71.675)
Outras contas a pagar	(1.514)
Imposto de Renda Diferido	(20.935)
Acervo Líquido - 100%	(79.000)

Em 10 de janeiro de 2018 a participação da Profarma na empresa Cannes passou para 35,5%, tendo em vista o aumento de capital realizado de R\$ 50,0 milhões. Em setembro de 2018, foi realizado um 2º aumento de capital, no valor de R\$ 58,0 milhões, que reduziu a participação da Companhia para 26,4%.

Em 27 de setembro de 2018, foi celebrado um acordo de venda de ações com a BPL Brasil Participações Ltda. ("BPL"), envolvendo a venda de 49.609.624 ações de emissão da Cannes RJ Participações S.A. ("Cannes") detidas pela Companhia à BPL, representativas de 16,28% do capital social total da Cannes, pelo valor total de R\$ 36.850. Como resultado dessa transação, a participação

na empresa Cannes passou para 10,10% (em 31 de dezembro de 2017 foi de 50%) e a Companhia deixou de deter o controle compartilhado.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Descritos no item anterior.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4 Os diretores devem comentar¹:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia adota os padrões internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) e acompanha os pronunciamentos do CPC e instruções da CVM e desde 2014, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas atendem às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Contudo, no processo de convergência foram realizadas alterações na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com respectivas alterações pela Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941/09. Adicionalmente, foram emitidos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, regulamentados pela comissão de Valores Mobiliários – CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade, com objetivo de facilitar o processo de convergência.

Em 27 de março de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reapresentação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que foram nesta data reapresentadas à Comissão de Valores Mobiliários. A reapresentação se justifica em virtude de ajustes ocorridos nas referidas Demonstrações Financeiras descritos a seguir:

- 1) Reclassificação da “Receita de Serviços a Fornecedor” para o “CMV”, melhorando a consistência da informação apresentada;
- 2) Alteração do valor justo dos Ativos e Passivos da Itamaraty em 31/05/2013 e realocação do aporte primário, anteriormente classificado copara como “ágio-Intangível”;
- 3) Reclassificação da “opção de compra” do grupo “Intangível” para “Instrumentos Financeiros”.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Relativo a mudança aprovada em 27/03/2015, no intuito de apresentar de forma consistente e alinhar com a prática adotada usualmente pelas empresas do segmento, a rubrica “Receita de Serviços a Fornecedores” foi reclassificada do Grupo “Despesas operacionais” para o Grupo “CMV – Custo das Mercadorias Vendidas”, conforme abaixo:

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2013 – período

	Controladora			Consolidado		
	dez/13 Originalmente publicado	Reclassificação	dez/13 Reapresentado	dez/13 Originalmente publicado	Reclassificação	dez/13 Reapresentado
Custo das Mercadorias						
Vendas	(2.853.953)	119.232	(2.734.721)	(3.162.828)	122.589	(3.040.239)
Outras Receitas/Despesas						
operacionais	119.232	(119.232)	-	122.589	(122.589)	-

Vale ressaltar que esta visão encontra-se em linha com a análise do resultado descrita no relatório

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente

“Comentário da Administração”.

Como consequência da conclusão do levantamento do valor justo dos ativos e passivos da controlada em conjunto Itamaraty, os saldos consolidados de investimento e ágio em 31 de dezembro de 2013 foram revistos e estão sendo reapresentados conforme abaixo:

	Consolidado		
	<u>dez/13</u> Originalmente publicado	Reclassificação valor justo	<u>dez/13</u> Reapresentado
Investimento	30.192	(19.074)	27.142
Ágio - Intangível	204.213	19.074	(27.142)

A reclassificação do valor justo é consequência da mensuração a valor justo dos ativos e passivos da Itamaraty no montante de R\$ 19.074. Adicionalmente, o aporte primário no montante de R\$ 27.142 que vinha sendo demonstrado na linha de ágio, foi reclassificado para a linha de investimento.

Os efeitos no resultado decorrentes desta conclusão não trouxeram impactos relevantes.

Reclassificação da opção de compras da controlada em conjunto Itamaraty conforme abaixo:

	Consolidado		
	<u>dez/13</u> Originalmente publicado	Reclassificação	<u>dez/13</u> Reapresentado
Instrumento Financeiro L.P.	13.008	5.717	18.725
Opção de compra - Intangível	5.717	(5.717)	-

Os referidos ajustes não possuem impacto no Balanço Patrimonial de 01 de janeiro de 2013, motivo pelo qual esta coluna não está sendo apresentada.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Bases para opiniões com ressalva

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na aplicação das políticas contábeis aplicáveis a nossa Companhia, nossa administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Revisamos as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

A preparação de nossas demonstrações financeiras requer que nossa administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Demonstrações financeiras consolidadas

Empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

Instrumentos financeiros derivativos - são mantidos pela Companhia com o objetivo de proteger riscos relativos à moeda estrangeira.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Contas a receber de clientes - são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada na receita bruta. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada a esta conta de resultado com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, de acordo com as regras contidas no IFRS 9 (2018).

Estoques - são avaliados com base no custo médio de aquisição de mercadorias para revenda, deduzido de provisão para perda, que não excede o valor de mercado, para itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade.

Ativo imobilizado – é registrado pelo custo de aquisição. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas abaixo e leva em consideração os seguintes tempos de vida útil estimado dos bens:

- Edificações – 20 anos;
- Instalações – 10 anos;
- Móveis e Utensílios – 10 anos;
- Veículos – 5 anos;
- Hardware – 5 anos;
- Máquinas e Equipamentos – 10 anos.

Ativos intangíveis - compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios:

- Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios; e
- Adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelos seguintes prazos:

- Software – 5 anos; e
- Direito de Distribuição – 5 anos.

Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado e intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não identificou indicativos de perda desses ativos nos exercícios de 2018, 2017 e 2016.

Provisão

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores

estimativas do risco envolvido.

Contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações em curso e classificadas como prováveis.

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, não foram provisionados, em consonância com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistência Governamental.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Demonstrações financeiras consolidadas

As políticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
- iv. contratos de construção não terminada; e**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não aplicável, uma vez que não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossas atividades operacionais demandam investimentos regulares, principalmente relacionados ao desenvolvimento da infraestrutura operacional de Centros de Distribuição e Tecnologia de Informação (TI), bem como a aquisição de equipamentos utilizados em nossos negócios, tais como máquinas de *picking* (separação), instalações e softwares. Estes investimentos são geralmente orientados em virtude das necessidades de crescimentos da Companhia em cada região que atua.

A Profarma é reconhecida como a empresa do setor de distribuição que mais investe em tecnologia e em inovação, assertividade comprovada pelos ganhos de eficiência apresentados ao longo dos últimos trimestres. Foi a primeira distribuidora atacadista do segmento farmacêutico a utilizar o sistema SAP e, atualmente, presente em todas as empresas da Companhia.

Com o ingresso no segmento de varejo farmacêutico, após a aquisição das Redes Tamoio, CSB e mais recentemente a Rosário, a abertura e reforma de lojas, assim como sistema de frente de lojas também passaram a ser alvos de investimentos da Companhia.

Em 2018, os investimentos somaram R\$ 18,3 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões referentes à divisão Distribuição Farma e R\$ 14,8 milhões referente à divisão Varejo. Tanto na divisão Varejo quanto na divisão Distribuição Farma, os investimentos foram direcionados, em sua maioria, a instalações, máquinas e equipamentos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para realização destes investimentos, a Profarma utiliza recursos próprios oriundos da geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos com instituições financeiras e acesso ao mercado de capitais. Em 2014, após o processo de aumento de capital, a Companhia obteve R\$ 186.767 mil e adicionais R\$ 40.000 mil (aporte primário) e R\$ 21.350 mil (aporte secundário), referentes à criação da *joint venture* com a AmerisourceBergen. No início de junho de 2016, a Profarma homologou aumento de capital no valor de R\$ 139.972.242,00 (cento e trinta e nove milhões, novecentos e setenta e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais), mediante emissão de 23.328.707 (vinte e três milhões, trezentas e vinte e oito mil, setecentas e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 6,00 por ação. Em 28 de abril de 2017, a assembleia geral extraordinária aprovou aumento de capital no valor de R\$99.696.998,28 (noventa e nove milhões, seiscentos e noventa e seis mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos).

Adicionalmente, em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de março de 2018, foi homologado, parcialmente, o aumento do capital social da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 05 de janeiro de 2018, no valor de R\$ 332.516.457,00 (trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), em razão da subscrição e total integralização de 47.502.351 (quarenta e sete milhões, quinhentos e duas mil, trezentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem

valor nominal de emissão da Companhia (“Ações”) no âmbito do Aumento de Capital, pelo preço de emissão de R\$ 7,00 (sete reais) por ação.

Em decorrência do aumento de capital homologado, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 332.516.457,00 (trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), passando, portanto, de R\$ 826.548.544,53 (oitocentos e vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), para R\$ 1.159.065.001,53 (um bilhão, cento e cinquenta e nove milhões, sessenta e cinco mil, um real e cinquenta e três centavos), dividido em 123.812.773 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e doze mil, setecentos e setenta e três) Ações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de janeiro de 2018 a Companhia BPL Brasil Participações LTDA efetuou aumento de capital de R\$ 50,0 milhões no grupo Cannes RJ participações S.A, com expressa renúncia da Companhia ao direito de preferência que possuía, passando a ter 35,5% de participação no grupo Cannes RJ Participações S.A. Desta forma, a Companhia deixou de deter o controle compartilhado.

No início de setembro a BPL Brasil Participações LTDA efetuou um segundo aumento de capital de R\$ 58,0 milhões, com expressa renúncia da companhia ao direito de subscrição, passando a deter 26,4% de participação no grupo Cannes RJ Participações S.A..

Em 27 de setembro de 2018 a participação na empresa Cannes passou para 10,1% (em 31 de dezembro de 2017), através da venda de 16,3%, representando um ingresso de R\$ 36,8 milhões na Companhia.

Durante o ano de 2018, encerramos a atividade de 23 lojas, sendo 01 loja da d100 Varejo Farma RJ e 22 lojas da Rede Rosário. Durante o ano de 2017, a Companhia encerrou as atividades de dois Centros de Distribuição, localizados nos estados do Espírito Santo e Ceará. Foram também encerradas as atividades de 55 lojas de varejo, sendo 9 lojas da d100 Varejo Farma RJ e 46 lojas da Rede Rosário.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2017, a Companhia migrou as operações do Centro de Distribuição do Rio de Janeiro para um CD maior e mais moderno. Fruto de um projeto de três anos e envolvendo investimentos totais de aproximadamente R\$ 35 milhões, esperamos obter *savings* de despesas anuais, a partir de 2018. Este novo CD coloca nossa maior plataforma em um nível diferenciado de escala e eficiência, para melhor atender o 2º maior mercado do país e nossa maior plataforma na Divisão Varejo, a d1000 Varejo Farma RJ.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, pois a Companhia não dispõe de pesquisas.

ii.montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois os produtos comercializados são desenvolvidos pelos fabricantes.

iii.projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, pois os produtos comercializados são desenvolvidos pelos fabricantes.

iv.montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois os produtos comercializados são desenvolvidos pelos fabricantes.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não temos comentários adicionais aos já apresentados nos itens anteriores.

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

Anexo III

Seção 13 do Formulário de Referência

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Apesar de nossa Companhia não adotar política de remuneração formalmente aprovada, adotamos práticas de remuneração.

As práticas de remuneração foram desenvolvidas para atender aos interesses dos acionistas da Companhia, de forma a garantir uma administração capacitada, eficiente e que vise atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é feita por meio de pagamento de um pró-labore mensal fixo, alinhada com as remunerações de mercado. A remuneração do Diretor Presidente é feita por meio de pagamento de um pró-labore mensal fixo e bônus anual por desempenho da Companhia, medido por indicadores pré-determinados, mas não divulgados ao mercado.

Com relação à Diretoria Executiva, o vice-presidente de Finanças e RI Maximiliano Guimarães Fischer tem sua remuneração por meio de pagamento de um pró-labore mensal fixo adicionado de pagamento de bônus anual por desempenho da Companhia, medido por indicadores pré-determinados e não divulgado ao mercado. A mesma prática se aplica a outros diretores não estatutários.

A prática da remuneração variável é atrelada ao cumprimento de indicadores de desempenho da Companhia de forma a motivar os administradores a alcançarem as metas pré-estabelecidas e alinhar a gestão aos interesses dos acionistas. Essa prática é aplicada para o Diretor Presidente, vice-presidentes e demais Diretores não estatutários. A Companhia não possui comitês de assessoramento.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: Nossa prática de remuneração do Conselho de Administração prevê o pagamento de um valor fixo mensal a título de pró-labore.

Diretoria Estatutária: Para os nossos Diretores, nossa prática de remuneração prevê uma remuneração fixa, que compreende seu salário e benefícios diretos e indiretos, os quais incluem seguro de vida, plano de saúde e odontológico. Somado a tal remuneração fixa, há um componente variável, que compreende bônus anual. Além de remuneração, os nossos Diretores podem ser contemplados com a outorga de opção de compra ou subscrição de ações de nossa emissão, a ser aprovado por nossos acionistas e Conselho de Administração.

Diretoria Não Estatutária: Para os nossos Diretores não Estatutários, nossa prática de remuneração prevê uma remuneração fixa, que compreende seu salário e benefícios diretos e indiretos, os quais incluem seguro de vida, plano de saúde e odontológico. Somado a tal remuneração fixa, há um componente variável, que compreende bônus anual. Além de remuneração, os nossos Diretores podem ser contemplados com a outorga de opção de compra ou subscrição de ações de nossa emissão, a ser aprovado por nossos acionistas e Conselho de Administração.

Conselho Fiscal: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, é fixada pela assembleia-geral que os elege, e não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Adicionalmente, os objetivos estão descritos no item (a) acima.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
% em relação à remuneração total				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	100,00%
Diretoria Executiva	99,2%	0,0%	0,8%	100,00%
Conselho Fiscal	98,5%	0,0%	1,5%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	99,5%	0,0%	0,5%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
% em relação à remuneração total				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Executiva	85,55%	13,70%	0,75%	100,00%
Conselho Fiscal	99,31%	0,00%	0,69%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	81,74%	18,05%	0,22%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016				
% em relação à remuneração total				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Executiva	89,79%	9,32%	0,89%	100,00%
Conselho Fiscal	98,11%	0,00%	1,89%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	75,29%	24,46%	0,24%	100,00%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Nosso departamento de Recursos Humanos é responsável por coletar dados a respeito da remuneração de mercado, praticada por nossos competidores e por empresas de porte similar ao nosso, em termos de faturamento bruto e complexidade. Esta proposta de remuneração é levada à assembleia geral ordinária, que aprova a remuneração global da administração para o exercício social

corrente. Nosso Conselho de Administração é então responsável por individualizar a remuneração de cada membro de nossa Diretoria Estatutária.

A parcela da remuneração correspondente ao bônus anual atribuída aos nossos Diretores Estatutários e aos nossos Diretores não Estatutários está vinculada ao cumprimento de metas de desempenho previamente estabelecidas pela Companhia.

Possuímos, ainda, um Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2006. As condições gerais para outorgas de opções de compra de ações de nossa emissão aos nossos diretores, gerentes e outros empregados, definidas a critério exclusivo de nosso Conselho de Administração, por meio de Programas. Atualmente, está em vigor o 5º Programas de Opção de Compra de Ações, aprovado por nosso Conselho de Administração em 26 de agosto de 2011. Para mais informações sobre o Plano de Opções, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência².

Nosso Conselho de Administração avalia a adequação das práticas de remuneração da Companhia com base nos dados coletados pelo departamento de Recursos Humanos, entre outros critérios.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração está em linha com a remuneração de mercado de acordo com dados obtidos pelo departamento de recursos humanos da Companhia. A remuneração da Diretoria Executiva segue a mesma linha e, ambas, visam reter profissionais de comprovada capacidade técnica e analítica para melhor condução dos negócios com alinhamento de interesses entre acionistas e gestores. A remuneração do Conselho Fiscal segue os parâmetros estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os Conselheiros Sun Park e James Cleary Jr., indicados pela AmerisourceBergen Corporation, que detém 38,2% do capital social da Profarma não recebem remuneração pela Companhia, uma vez que também exercem as funções remuneradas de Diretores da AmerisourceBergen Corporation.

² A Companhia preencheu esta seção 13 do Formulário de Referência com base na regulamentação da CVM e nas regras contábeis sobre o tema. Vale ressaltar, entretanto, que, considerando as características dos seus Planos de Opção de Compra de Ações, os valores relacionados à remuneração baseada em ações não configuram “remuneração” para fins trabalhistas, fiscais e previdenciários. Para fins contábeis, tal como disposto no Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 10 (CPC 10), os valores relacionados aos planos de opção de compra de ações outorgados aos colaboradores da Companhia são contabilizados como pagamento baseado em ações, devendo constar nas demonstrações financeiras como tal.

O Conselheiro Sammy Birmarcker não recebe remuneração pela Companhia, uma vez que também exerce a função remunerada de Diretor Presidente da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A avaliação dos administradores é realizada com base em mais de 90 indicadores de desempenho individuais e da Companhia, de acompanhamentos diário, semanal, mensal e anual. Os executivos, gerentes e coordenadores possuem metas de desempenho que impactam na remuneração variável. Os indicadores de desempenho para a avaliação da Diretoria utilizados no exercício social encerrado em 2018, 2017 e 2016 foram variados de modo a promover resultados de curto e longo prazo visando a geração de valor para a Companhia. Como principais indicadores, a Companhia cita (i) metas individuais não divulgadas ao mercado; (ii) Resultado Operacional (Ebit); (iii) Lucro Líquido, e (iv) medições contábeis e não contábeis dentro do orçamento previsto para o referido exercício social. Esses indicadores, entre outros, são aplicados para o Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração está estruturada de forma a estar alinhada com a evolução dos resultados financeiros e operacionais da Companhia e demais indicadores individuais, tendo em vista que o pagamento da remuneração variável da Diretoria é condicionado ao atingimento dos indicadores de desempenho individuais e da Companhia, tais como aqueles listados no item anterior ((i) metas individuais não divulgadas ao mercado; (ii) Resultado Operacional (Ebit); (iii) Lucro Líquido, e (iv) medições contábeis e não contábeis dentro do orçamento previsto para o referido exercício social).

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os interesses da Companhia com a prática de remuneração praticada é manter em seus quadros, profissionais de grande capacidade técnica. Oferecendo parcela da remuneração na forma variável, com base em indicadores, buscamos alinhar os interesses de curto, médio e longo prazo. Acreditamos que tal prática estimula a busca por resultados e motiva os administradores a empregar melhores esforços para o atingimento das metas.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Na data deste Formulário de Referência, nossa Companhia não detinha órgãos e comitês que participassem no processo decisório para definição da remuneração individual do Conselho de Administração, bem como da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Nosso departamento de Recursos Humanos é responsável por coletar dados a respeito da remuneração de mercado, praticada por nossos competidores e por empresas de porte similar ao nosso, em termos de faturamento bruto e complexidade. Dessa forma, nosso processo de fixação da remuneração fixa individual do Conselho de Administração e da Diretoria é definido no momento da admissão do administrador, variando de acordo com a formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado, sendo readequado quando necessário.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

Apesar de nossa Companhia não adotar política de remuneração formalmente aprovada, as mesmas são avaliadas anualmente pelo Conselho de Administração.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração prevista para o Exercício Social que será encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	2,00	3,33	12,33
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,33	9,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.649.342,87	2.802.975,52	463.340,73	5.915.659,12
Benefícios direto e indireto	4.203,12	16.006,83	10.800,00	31.009,95
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	529.868,57	560.595,10	91.468,15	1.181.931,82
Descrição outras remunerações	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019
Remuneração variável				
Bônus	-	530.000,00	-	530.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	106.000,00	-	106.000,00
Descrição de outras remunerações	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019
Pós-emprego	7.894,43	12.955,89	-	20.850,32
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em a��es, incluindo opções	-	-	-	-
Observa��o	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N��03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N��03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N��03/2019	
Total da remunera��o	3.191.308,99	4.028.533,34	565.608,88	7.785.451,21

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	2,00	4,00	13,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	4,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.537.607,23	2.691.835,64	531.566,44	5.761.009,31
Benefícios direto e indireto	3.899,52	14.836,62	9.792,39	28.528,53
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	507.521,45	538.367,13	106.313,29	1.152.201,86
Descrição outras remunerações	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019
Pós-emprego	7.518,50	12.338,94	-	19.857,44
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	
Total da remuneração	3.056.546,70	3.257.378,33	647.672,12	6.961.597,14

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00	3,67	11,67
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,67	9,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.457.068,12	2.599.551,50	471.398,70	5.528.018,32
Benefícios direto e indireto	-	15.170,93	3.927,87	19.098,80
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	491.413,62	519.910,30	94.279,74	1.105.603,66
Descrição outras remunerações	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019
Remuneração variável				
Bônus	-	416.343,00	-	416.343,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	83.268,60	-	83.268,60
Descrição de outras remunerações	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019
Pós-emprego	-	11.997,96	-	11.997,96
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	
Total da remuneração	2.948.481,74	3.646.242,29	569.606,31	7.164.330,34

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.081.487,85	2.126.459,78	335.354,04	4.543.301,67
Benefícios direto e indireto	-	15.675,15	7.732,49	23.407,64
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	416.297,57	425.291,96	67.070,81	908.660,34
Descrição outras remunerações	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019
Remuneração variável				
Bônus	-	220.647,97	-	220.647,97
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	44.129,59	-	44.129,59
Descrição de outras remunerações	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019
Pós-emprego	-	9.618,71	-	9.618,71
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	
Total da remuneração	2.497.785,42	2.841.823,16	410.157,34	5.749.765,92

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável prevista para o Exercício Social de 2019- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total de membros	7,00	2,00	3,33	12,33
Número de membros remunerados	0,00	2,00	3,33	9,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	346.000,00	0,00	346.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	636.000,00	0,00	636.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atendidas	0,00	530.000,00	0,00	530.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável para o Exercício Social de 2018- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total de membros	7,00	2,00	4,00	13,00
Número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atendidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado de exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2017- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total de membros	6,00	2,00	3,67	11,67
Número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atendidas	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	416.343,00	0,00	416.343,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.129.000,00	0,00	1.129.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atendidas	0,00	1.129.000,00	0,00	1.129.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	220.647,97	0,00	220.647,97
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, em 02 de outubro de 2006 ("Plano"), o qual estabelece as condições gerais para outorgas de opções de compra de ações de nossa emissão, aos nossos empregados (incluindo nossos diretores estatutários e não estatutários) e aos empregados de nossas controladas, a serem definidos por critério exclusivo do nosso Conselho de Administração.

O nosso Conselho de Administração será responsável pela aplicação e administração do Plano, incluindo mas não se limitando a (i) tomar todas as medidas necessárias à administração do Plano, inclusive no que se refere à sua interpretação e aplicação; (ii) decidir quanto às datas de outorga das opções, o volume de opções a ser outorgado, bem como àqueles a quem serão outorgadas dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano; (iii) deliberar sobre a emissão de novas ações da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, para cumprimento do estabelecido no Plano; (iv) aprovar os programas de opção de compra de ações a serem realizados no âmbito do Plano, bem como seus regulamentos, respectivos contratos de adesão e eventuais aditivos ("Contratos de Adesão"); (v) prorrogar, mas nunca antecipar, a data de exercício das opções; e (vi) alterar ou extinguir o Plano de Opções, caso seja do interesse da nossa Companhia.

Seguem abaixo as condições gerais do Plano, aplicáveis a todos os seus beneficiários:

- **Ações objeto do Plano:** as opções a serem outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar, durante o prazo de sua vigência, o limite máximo de 5,0% do total de ações do capital social da nossa Companhia, a qualquer tempo.
- **Beneficiários:** nossos empregados (incluindo nossos diretores estatutários e não estatutários) e os empregados de nossas controladas, direta ou indiretamente, a serem definidos por critério exclusivo do Conselho de Administração.
- **Condições:** as demais condições referentes às opções, tais como preço de exercício, datas de exercício (*vesting*) e prazo de exercício são definidos pelo nosso Conselho de Administração, quando da aprovação de cada programa e seus respectivos regulamentos.
- **Rescisão:** o Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral de nossos acionistas, observado que o término da vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base no mesmo.

b. Principais objetivos do plano

O Plano possui como principais objetivos:

- i) estimular a expansão da nossa Companhia e o cumprimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos que visem uma maior integração de nossos empregados, na qualidade de nossos acionistas;
- ii) possibilitar à nossa Companhia a manutenção de nossos profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem nossos acionistas, nos termos, condições e formas previstos no Plano; e
- iii) promover o bom desempenho da nossa Companhia e dos interesses de nossos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de nossos administradores e empregados.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que nossos empregados e administradores se tornem nossos acionistas, esperamos que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a se integrarem aos interesses de nossos acionistas, aos nossos objetivos sociais e planos de crescimento, colaborando ativamente para a maximização de nossos lucros. O oferecimento de opções de compra de ações estimula os beneficiários por meio do seu comprometimento com a busca da valorização das ações no longo prazo. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento de nossos riscos e ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas a partir do exercício das opções outorgadas. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização de nossas ações.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opções consiste em uma ferramenta de retenção e alinhamento de interesses, no longo prazo, de nossos colaboradores.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Acreditamos que a outorga das opções de compra de ações promoverá o alinhamento dos interesses dos nossos administradores com os de nossa Companhia, mediante a perspectiva de eventual valorização das ações nos médio e longo prazos, bem como permitirá o compartilhamento de nossos riscos e ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas a partir do exercício das opções outorgadas.

f. Número máximo de ações abrangidas

O Plano prevê que as opções outorgadas não poderão ultrapassar 5,0% do nosso capital social, a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2018, este limite correspondia a 6.190.639 ações de nossa emissão. Adicionalmente, cada Programa irá delimitar o número de opções e ações a serem outorgadas nos seus termos.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Plano prevê que as opções outorgadas não poderão ultrapassar 5,0% do nosso capital social, a qualquer tempo.

h. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisições de ações são definidas pelo nosso Conselho de Administração, quando da aprovação de cada programa de opções e seus respectivos regulamentos.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício são definidos pelo nosso Conselho de Administração, quando da aprovação de cada um dos programas de opções e seus respectivos regulamentos.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo de exercício são definidos pelo nosso Conselho de Administração, quando da aprovação de cada um dos programas de opções e seus respectivos regulamentos. O prazo é fixado visando o alinhamento dos interesses de nossos administradores com os interesses de longo prazo da nossa Companhia e de nossos acionistas, visando também a retenção dos beneficiários.

k. Forma de liquidação

A forma de liquidação das opções é definida pelo nosso Conselho de Administração, quando da aprovação de cada um dos programas de opções e seus respectivos regulamentos.

I. Restrições à transferência das ações

Durante o período de vigência da opção é vedado ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre as opções, de maneira direta ou indireta pelos beneficiários, exceto se o Conselho de Administração aprovar previamente a pretendida alienação ou oneração.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano pode ser alterado ou mesmo extinto por nosso Conselho de Administração. Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão do nosso Conselho de Administração poderá, (i) alterar as disposições relativas à habilitação dos beneficiários para participação no Plano de Opções; ou (ii) sem o consentimento do titular, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações decorrentes de qualquer acordo ou outorga existente sobre qualquer opção. Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de nossa emissão serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o nosso Conselho de Administração deverá informar aos beneficiários por escrito o ajuste correspondente ao número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada opção em vigor e seu respectivo preço de aquisição ou subscrição, conforme o caso. As disposições contidas no Plano não impedirão qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a nossa Companhia, devendo o nosso Conselho de Administração determinar e realizar os ajustes cabíveis nos respectivos Contratos de Adesão que vierem a ser celebrados no âmbito do Plano para proteger os interesses dos beneficiários.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos relativos ao Plano de Opções nos casos de (i) desligamento, (ii) falecimento; (iii) invalidez permanente ou (iv) aposentadoria dos beneficiários, são definidos pelo nosso Conselho de Administração, quando da aprovação de cada programa de opções e seus respectivos regulamentos.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício corrente - 2019

Não há remuneração baseada em ações prevista.

Remuneração baseada em ações exercício social encerrado em 31/12/2018

Não houve remuneração baseada em ações.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2017

Não houve remuneração baseada em ações.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2016

Não houve remuneração baseada em ações.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não haviam opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2018.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções exercidas exercício social encerrado em 31/12/2018

Não houve opções exercidas

Opções exercidas exercício social encerrado em 31/12/2017

Não houve opções exercidas

Opções exercidas exercício social encerrado em 31/12/2016

Não houve opções exercidas

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

Não aplicável.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Participações detidas por órgão no encerramento do exercício de 2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Ações ordinárias de emissão da Companhia ³	2.907.371	279.923	0

Participações detidas por órgão no encerramento do exercício de 2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Ações ordinárias de emissão da BMK Participações S.A. ⁴	5.402.270	0	0
Ações preferenciais de emissão da BMK Participações S.A. ³	6.481.778	0	0

³ As ações detidas por Sammy Birmarcker, Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração, foram consideradas apenas no campo "Conselho de Administração".

⁴ A BMK Participações S.A. é a sociedade controladora direta da Companhia, que, na data deste formulário de referência detinha 31.656.178 ações ordinárias, representativas de 25,57% do capital social da Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Nome do plano	-	Plano Previdência Complementar - Plano Coletivo Constituído (PGBL)
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0
Condições para se aposentar antecipadamente	-	• Ter, no mínimo, 60 anos de idade • Término do vínculo empregatício com a Instituidora
Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$1.426.588,04
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$12.338,94
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	A parte das contribuições realizadas pela empresa não pode ser resgatada de forma antecipada

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Conselho de administração			
	2016	2017	2018
Número de membros	6,00	6,00	7,00
Número de membros remunerados	4,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneração	1.513.230,65	1.900.789,80	1.968.267,91
Valor da menor remuneração	281.301,61	299.340,60	144.201,54
Valor médio da remuneração	624.446,36	737.120,44	761.282,17
Obs.:			A maior remuneração refere-se a 12 meses e a menor a 04 meses

Conselho Fiscal			
	2016	2017	2018
Número de membros	3,00	3,67	4,00
Número de membros remunerados	3,00	3,67	4,00
Valor da maior remuneração	133.562,38	154.026,60	159.494,62
Valor da menor remuneração	133.562,38	154.026,60	159.395,88
Valor médio da remuneração	136.719,11	155.206,08	159.469,93
Obs.:			A maior e menor remuneração referem-se a 12 meses

Diretoria Executiva			
	2016	2017	2018
Número de membros	2,00	2,00	2,00
Número de membros remunerados	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração	1.489.982,41	2.172.344,22	1.983.306,81
Valor da menor remuneração	1.351.840,75	1.473.898,07	1.274.071,52
Valor médio da remuneração	1.420.911,58	1.823.121,15	1.628.689,16
Obs.:			A maior e menor remuneração referem-se a 12 meses

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há nenhum arranjo contratual, apólice de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Executado no exercício social encerrado em 31/12/2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número total de Membros	7,00	2,00	4,00
Número de Membros – Parte relacionadas aos Controladores	2,00	1,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	3.045.129	3.257.378	637.880
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.968.268	1.983.307	0
% da Remuneração total do órgão	64,64%	60,89%	0,00%

Executado no exercício social encerrado em 31/12/2017			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número total de Membros	6,00	2,00	3,67
Número de Membros – Parte relacionadas aos Controladores	2,00	1,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	2.948.481,74	3.646.242,29	569.606,31
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.900.789,80	2.172.344,22	0
% da Remuneração total do órgão	64,47%	59,58%	0,00%

Executado no exercício social encerrado em 31/12/2016			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número total de Membros	6,00	2,00	3,00
Número de Membros – Parte relacionadas aos Controladores	2,00	1,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	2.497.785,42	2.841.823,16	410.157,34
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.513.230,65	1.489.982,41	0
% da Remuneração total do órgão	60,58%	52,43%	0,00%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão/Exercício social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
31/12/2018	R\$10.536.660,83 ¹	R\$0,00	R\$0,00
31/12/2017	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
31/12/2016	R\$ 6.344.301,70 ²	R\$0,00	R\$0,00

¹ Refere-se à contraprestação paga à Singular Assessoria Financeira Ltda. em 2018, em face da realização de serviços de assessoria financeira e legal relacionados com o aumento de capital da Profarma finalizado em março de 2018. O Sr. Armando Sereno, era na época membro do Conselho de Administração da Companhia e também sócio da Singular Assessoria Financeira Ltda.

² Refere-se à contraprestação paga à Singular Assessoria Financeira Ltda. em 2016, em face da realização de serviços de assessoria financeira e legal relacionados com a aquisição da Rede Rosário e aumento de capital da Profarma finalizado em junho de 2016. O Sr. Armando Sereno, era na época membro do Conselho de Administração da Companhia e também sócio da Singular Assessoria Financeira Ltda.

13.15. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, não há valores reconhecidos nos nossos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do nosso Conselho Fiscal.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Em atenção à Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480”), no item 13.2 deste Formulário de Referência informamos: (i) o número total de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 13.2 b do Anexo 24 da ICVM 480); e (ii) o número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 13.2 c do Anexo 24 da ICVM 480). Em ambos os casos, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº total de membros dos órgãos de administração/ nº de membros remunerados dos órgãos de administração (conforme o caso). Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo do número total de membros e do número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

a) *Número total de membros:*

Previsão para 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	24
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	2,00

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	24
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	2,00

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2

Em 2016:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2

Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	24
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	2,00

Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	24
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	2,00

b) *Número de membros remunerados*
Previsão para 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	24
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	2,00

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	24
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	2,00

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	24
MÉDIA (TOTAL/Nº)	2,00

Em 2016:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	24
MÉDIA (TOTAL/Nº)	2,00

DE MESES)	
-----------	--

DE MESES)	
-----------	--

Conselho de Administração

a) *Número total de membros:*

Previsão para 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
TOTAL	84
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	7,00

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
TOTAL	84
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	7,00

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
TOTAL	72
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	6,00

Em 2016:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
TOTAL	72
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	6,00

b) *Número de membros remunerados*

Previsão para 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	48
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	4,00

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	48
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	4,00

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	48
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	4,00

Em 2016:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	48
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	4,00

Conselho Fiscal

a) Número total de membros:

Previsão para 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	40
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,33

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	48
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	4,00

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	44
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,67

Em 2016:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	36
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,00

b) Número de membros remunerados

Previsão para 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	40
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,33

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	48
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	4,00

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	44
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,67

Em 2016:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	36
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,00

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ.: 045.453.214/0001-51

Anexo IV

Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência relacionados aos candidatos indicados para compor o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada

12.5/6 – Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal e percentual de participação dos Administradores/ membros do Conselho Fiscal

Nome	Gilberto Braga
Data de Nascimento	08/10/1960
Profissão	Economista
CPF ou número do passaporte	595.468.247-04
Órgão Administração	Pertence ao Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Presidente do Conselho Fiscal
Descrição de outro cargo/ função	N.A.
Data de eleição	30/04/2019
Data da posse	30/04/2019
Prazo do mandato	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	N.A.
Foi eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	N.A.
Critério utilizado para determinar a independência	N.A.
Número de Mandatos	8
Percentual de participação nas reuniões	100%

Experiência Profissional

Economista registrado no CORECON-RJ e contador registrado no CRC-RJ. Também possui diploma de pós-graduação em finanças pela PUC. Mestre em administração pela IBMEC. Já foi conselheiro fiscal da Brasil Telecom Participações S.A.; Telemig Celular S.A. Tele Norte Celular Participações S.A.; Amazônia Celular S.A.; Daleth S.A. (holding da SANEPAR), Eletron (uma das holdings da Valepar/CVRD), TELESC (Telebrás) e ANBID – Associação Nacional de Bancos de Investimentos. Atualmente é conselheiro fiscal da Santos Brasil Participações S.A., Norte Brasil Transmissora de Energia, Linha Verde Transmissora de Energia e Manaus Transmissora de Energia. Membro e coordenador do Comitê de Auditoria do Banco Cruzeiro do Sul S.A. Também presta Consultoria empresarial nas áreas financeira, mercado de capitais, societária, tributária, arbitragens, perícia e

assistência de perícia judicial, É Professor do Ibmec e de outras instituições de ensino em cursos de pós-graduação.

Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Declarações de Eventuais Condenações

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Elias de Matos Brito
Data de Nascimento	28/07/1965
Profissão	Contador
CPF ou número do passaporte	816.669.777-72
Órgão Administração	Pertence ao Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal
Descrição de outro cargo/ função	N.A.
Data de eleição	30/04/2019
Data da posse	30/04/2019
Prazo do mandato	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	N.A.
Foi eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	N.A.
Critério utilizado para determinar a independência	N.A.
Número de Mandatos	8
Percentual de participação nas reuniões	100%

Experiência Profissional

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Morais Júnior (Instituto Brasileiro de Contabilidade) no Rio de Janeiro. Também possui diploma de MBA em Finanças Empresariais e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas. Especialista em mercado financeiro pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro e em Perícia Judicial Contábil (Conselho Regional de Contabilidade - RJ). Trabalhou por 13 anos no Grupo Lundgren – Casas Pernambucanas, tendo ocupado os cargos de: Gerente de Auditoria Interna, Gerente de Crédito e Cobrança, Gerente de Orçamentos e Controle e Gerente Financeiro e de Tesouraria. Foi Liquidante do Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A., entre 2002 / 2006, nomeado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, sócio da empresa Exato Assessoria Contábil Ltda e perito judicial do Tribunal Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Declarações de Eventuais Condenações
Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Marcello Joaquim Pacheco
Data de Nascimento	15/11/1968
Profissão	Advogado
CPF ou número do passaporte	112.459.108-76
Órgão Administração	Pertence ao Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal
Descrição de outro cargo/ função	N.A.
Data de eleição	30/04/2019
Data da posse	30/04/2019
Prazo do mandato	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	N.A.
Foi eleito pelo controlador	Não
Membro independente	N.A.
Critério utilizado para determinar a independência	N.A.
Número de Mandatos	01
Percentual de participação nas reuniões	100%

Experiência Profissional
O Sr. Marcello é advogado, graduado em Direito pela Universidade São Francisco USF 1995. Possui especializações em Direito Societário pela FGV 2008/2009, Administração Financeira FGV 2010 e Controladoria FGV 2012. Coordenador da Escola Superior de Advocacia, Mairiporã/SP, Tesoureiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção 290º - São Paulo/SP, Diretor-Executivo da Marpache Serviços Especializados em Administração desde 2009. Associado ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC. Nos últimos anos o Sr. Marcello atuou como Conselheiro Fiscal Titular das Companhias: AES Tietê S.A. (2009/2010); Banco Pine S.A. (2008/2009); HRT Participações em Petróleo S.A (2013/2014) e Companhia Energética de Brasília-CEB (2013/2015) e foi Secretário do Conselho Fiscal da Anhanguera Educacional S.A. (2009) e M&G Poliéster S.A. (2007/2009). Atualmente o Sr. Marcello atua como Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Brasília – CEB (2015/2017); Conselheiro Fiscal Suplente da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (2015/2017); Grendene S.A.(2015/2017) e Tegma S.A. (2015/2017) e Conselheiro Fiscal titular da Triunfo Participações e Investimentos S.A. (2014/2017); Rossi Residencial S.A. (2013/2017); Tarpon Investimentos S.A (2016/2017) e Guararapes Confecções S.A (2014/2017). Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência. Não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.
Declarações de Eventuais Condenações
Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou

aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Jorge Ribeiro dos Passos Rosa
Data de Nascimento	24/05/1946
Profissão	Administrador e contador
CPF ou número do passaporte	127.967.947-68
Órgão Administração	Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal
Descrição de outro cargo/ função	N.A.
Data de eleição	30/04/2019
Data da posse	30/04/2019
Prazo do mandato	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	N.A.
Foi eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	N.A.
Critério utilizado para determinar a independência	N.A.
Número de Mandatos	01
Percentual de participação nas reuniões	N.A.
Experiência Profissional	
Administrador, Contador, possuindo Pós-Graduação em Didática de Ensino Superior e Livre-Docência em Contabilidade Financeira – Universidade Gama Filho. Professor dos Cursos de MBA da Fundação Getúlio Vargas; UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – MBA de Gestão Empresarial e Finanças (INDEC); UFF – Universidade Federal Fluminense – MBAs de Controladoria e Finanças, Contabilidade e Auditoria, Gestão de Contabilidade Tributária e Gestão de Negócios. Também professor da UFF vinculado a Faculdade de Administração e cedido aos Cursos de Graduação das Faculdades de Engenharia de Produção e de Tecnologia da Informação, nas Disciplinas de Organização e Métodos e de Gestão de Negócios, e também no Pólo de Macaé/ UFF leciona Tópicos Especiais para os Cursos de Administração de Empresas. Atualmente é Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Faz parte do Comitê de Ética do IBRACON – 3ª Regional – O referido conselheiro possui cerca de 40 anos de experiência nas Áreas de Controladoria, Auditoria, Impostos, Consultoria e Finanças. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência. Não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.	
Declarações de Eventuais Condenações	
Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação	

para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Ronaldo dos Santos Machado
Data de Nascimento	11/05/1965
Profissão	Contador
CPF ou número do passaporte	863.93.287-34
Órgão Administração	Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal
Descrição de outro cargo/ função	N.A.
Data de eleição	30/04/2019
Data da posse	30/04/2019
Prazo do mandato	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	N.A.
Foi eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	N.A.
Critério utilizado para determinar a independência	N.A.
Número de Mandatos	01
Percentual de participação nas reuniões	N.A
Experiência Profissional	
O Sr. Machado é bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Morais Júnior (Instituto Brasileiro de Contabilidade), Rio de Janeiro e possui MBA – Contabilidade e Auditoria pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Atualmente é sócio da empresa Exato Assessoria Contábil Ltda., escritório de contabilidade, auditoria, consultoria econômica, financeira e empresarial, desenvolvendo atividades típicas de um escritório contábil, trabalhos referentes à perícia judicial contábil. Profissional com mais de 13 anos de experiência no Grupo Lundgren – Casas Pernambucanas, tendo ocupado os cargos de Analista Financeiro, Assistente de Planejamento, Gerente de Promoção e Propaganda e Gerente de Tesouraria. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência. Não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.	
Declarações de Eventuais Condenações	
Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.	

Nome	Murici dos Santos
Data de Nascimento	03/08/1975
Profissão	Advogado
CPF ou número do passaporte	248.933.788-21
Órgão Administração	Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal
Descrição de outro cargo/ função	N.A.
Data de eleição	30/04/2019
Data da posse	30/04/2019
Prazo do mandato	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	N.A.
Foi eleito pelo controlador	Não
Membro independente	N.A.
Critério utilizado para determinar a independência	N.A.
Número de Mandatos	01
Percentual de participação nas reuniões	N.A.
Experiência Profissional	
O Sr. Murici é advogado, graduado em Direito (2007) e História (2002) pela Universidade de Guarulhos. Possui especialização em Direito Societário pela FGV (2013/2014) e atualização em Direito Ambiental pela ESA-OAB. Presidente da Comissão de Prerrogativas e membro da Comissão de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção 290º - São Paulo/SP. Trabalha desde 2001 como consultor em Governança Corporativa, na prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária e atuação em Conselho de Administração e Fiscais, atuando nos últimos anos como Conselheiro Fiscal titular e suplente nas companhias: Tafibrás Participações S.A., Companhia Paranaense de Energia S.A, do Banco Nossa Caixa S.A.; Drogasil S.A.; Bicycletas Monark S.A.; M&G Poliéster S.A.; Santos Brasil S.A.; Medial Saúde S.A.; e AES Tietê S.A, Têxtil Renauxview S.A entre outras. Atualmente o Sr. Murici dos Santos é Conselheiro Fiscal suplente da Triunfo Participações e Investimentos S.A. (2014/2017), Duke Energy International- Geração Paranapanema S.A. (2014/2017), Rossi Residencial S.A (2015/2017), Guararapes Confeções S.A. (2014/2017); Tarpon Investimentos S.A (2016/2017) e Conselheiro Fiscal titular da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação (2015/2017), Metalfrio Solutions S.A. (2016/2017). Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência. Não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.	
Declarações de Eventuais Condenações	

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7/8. Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, risco, financeiro e de remuneração e percentual de participação dos membros dos comitês

Não se aplica, uma vez não contamos, em nossa estrutura com comitês de assessoramento, sejam eles estatutários ou não. Os assuntos relevantes são sempre discutidos em conjunto com membros do Conselho, Diretoria e os executivos envolvidos. Com relação ao controle de créditos de clientes, contamos com um sistema de *credit score* que supre adequadamente suas necessidades.

12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

Não aplicável, tendo em vista que os candidatos indicados pela Administração não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau com os outros administradores, controladas e controladores.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Os candidatos indicados pela Administração não possuem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle com controladas, controladores e outros.